



APS

Administração
dos Portos de Sines
e do Algarve S.A.

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 2014

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 2014

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2014

INDICE

| | | |
|-------|--|----|
| I. | MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS..... | 3 |
| II. | ESTRUTURA DE CAPITAL..... | 7 |
| III. | PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS..... | 7 |
| IV. | ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES..... | 9 |
| A. | MESA DA ASSEMBLEIA GERAL..... | 10 |
| B. | ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO..... | 10 |
| C. | FISCALIZAÇÃO..... | 19 |
| D. | REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)..... | 25 |
| E. | AUDITOR EXTERNO..... | 26 |
| V. | ORGANIZAÇÃO INTERNA..... | 27 |
| A. | ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES..... | 27 |
| B. | CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS..... | 29 |
| C. | REGULAMENTOS E CÓDIGOS..... | 33 |
| D. | DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO..... | 36 |
| E. | SÍTIO DA INTERNET..... | 37 |
| F. | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO OU DE INTERESSE GERAL (SE APLICÁVEL)..... | 38 |
| VI. | REMUNERAÇÕES..... | 39 |
| A. | COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO..... | 39 |
| B. | COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES..... | 39 |
| C. | ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES..... | 40 |
| D. | DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES..... | 41 |
| VII. | TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS..... | 43 |
| VIII. | ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL.... | 45 |
| IX. | AValiação DO GOVERNO SOCIETÁRIO..... | 50 |

I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e dos valores que orientam a empresa (vide artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).

O ano de 2014 marcou uma alteração estrutural na atividade da APS. Com efeito, o DL 44/2014, de 20 de março, alargou a gestão da empresa aos portos de Faro e de Portimão e procedeu à sua redenominação para APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA (APS).

Nos termos legais, e de acordo com os seus estatutos, a APS, tem por objeto a administração dos Portos de Sines, de Faro e de Portimão, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária. Assim, e de acordo com os seus estatutos, a APS assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.

A alteração estrutural mencionada obrigará à redefinição da missão e da visão da empresa e de cada um dos portos que a integram, matéria que é parte integrante do novo Plano Estratégico cujo processo de adjudicação foi lançado no último trimestre de 2014 e se encontra em execução à data de elaboração deste documento.

Assim, as formulações apresentadas seguidamente, no que se refere à Missão e Visão, são as que se encontravam em vigor antes desta alteração estrutural e dizem respeito unicamente ao Porto de Sines:

Missão

“Assegurar o exercício das competências e atribuições de planeamento, modernização, promoção e regulação do Porto de Sines, visando a racionalização e otimização do aproveitamento dos seus recursos e a eficiência económica e operacional, no respeito pelos requisitos de segurança e ambientais, proporcionando satisfação aos clientes e valor acrescentado no mercado ibérico e europeu.”

Visão

Ser um porto mais eficiente e competitivo que, tirando partido das suas infraestruturas portuárias e das suas características físicas e geográficas, se consolida como um ativo estratégico nacional com relevo no contexto portuário europeu e mundial.

Valores

Na prossecução da sua Missão, a APS assume os seguintes valores:

Respeito – A APS respeita o trabalho desenvolvido pelos seus interlocutores e todas as partes interessadas com que se relaciona no âmbito das suas funções.

Integridade – A APS cumpre a legislação e a regulamentação em vigor, com especial atenção para o cumprimento de responsabilidades de natureza fiscal, de concorrência, de proteção do consumidor, de proteção do trabalhador e do local de trabalho, de natureza ambiental, de segurança e de índole laboral.

Responsabilidade – A APS atinge os seus objetivos através da otimização dos recursos, honrando o compromisso com as partes interessadas no propósito de promover o seu desenvolvimento sustentável, tendo como orientação a procura das melhores soluções para o interesse público.

Confiança – A APS fomenta e inspira o comportamento, honesto e íntegro, que motiva a confiança dos colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores e sociedade envolvente, promovendo, em tempo útil, o debate necessário à tomada de decisões.

Excelência – A APS visa a superação das necessidades e expectativas dos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores e sociedade envolvente, impulsionando a excelência de desempenho.

Transparência – A APS modela a sua atuação por padrões de integridade e honestidade, cumprindo as suas obrigações de forma responsável e transparente.

Inovação – A APS salvaguarda a sua competitividade na inovação e integração de novas tecnologias no processo produtivo.

2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida (vide artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013), designadamente:

a) Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros;

Encontrando-se ainda por definir os objetivos previstos no artº 38º do DL nº 133/2013, de 3 de outubro, o enquadramento mais recente é o que resulta do Anexo I ao Contrato de Gestão para o mandato 2008-2010 onde se define um conjunto de orientações estratégicas específicas e de objetivos de gestão.

Essas orientações estratégicas, em grande parte coincidentes com os objetivos do anterior Plano Estratégico da APS, que entrou em vigor em 2003, eram as seguintes:

- Consolidação do modelo de gestão *Landlord Port*;
- Desenvolver a infoestrutura portuária;
- Aumentar a segurança marítima e portuária;
- Consolidação do saneamento financeiro da empresa.

O novo Plano Estratégico definirá um conjunto de novas orientações que terão de ser futuramente confrontadas e eventualmente adaptadas ao conteúdo dos objetivos previstos no mencionado artº 38º do DL nº 133/2013, de 3 de outubro, ou de outras orientações estratégicas que venham a ser emanadas pela tutela.

b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.

Considera-se que, globalmente, se encontram cumpridas as orientações estratégicas mencionadas no ponto anterior, bem como um conjunto de outros objetivos definidos no anterior Plano Estratégico:

- O equilíbrio e sustentabilidade financeira da empresa encontram-se assegurados. A empresa apresenta resultados positivos desde 2005 e os meios gerados pela sua exploração, conjuntamente com o encaixe proporcionado pela alienação dos equipamentos ligados à concessão do Terminal de Granéis Líquidos em 2008, permitiram liquidar antecipadamente a totalidade do passivo bancário da empresa e autofinanciar em grande parte novos investimentos de elevada dimensão e valor, como a 2ª fase de Ampliação do Molhe Leste;
- A mencionada concessão do serviço público de movimentação de mercadorias no Terminal de Granéis Líquidos, que permitiu a plena adoção ao nível dos terminais de mercadorias do

modelo de gestão *LandLord Port*, restando o porto de recreio como única infraestrutura operada diretamente pela autoridade portuária;

- A consolidação das operações no TXXI, que tem crescido sustentadamente ano após ano e que em 2014 ultrapassou a barreira do milhão de TEU movimentados;
- A implementação da Janela Única Portuária, que permitiu um novo patamar de simplificação e agilização de procedimentos ao nível do que se pratica nos melhores portos do mundo, nomeadamente no que respeita ao despacho eletrónico de todas as autoridades e que evolui atualmente para o conceito de Janela Única Logística com a extensão aos agentes ligados aos modos ferroviário e rodoviário;
- A ZAL Sines em operação e que após a sua infraestruturação tem vindo a ser ocupada por empresas de logística e serviços;
- A permuta de terrenos entre a APS e a Câmara Municipal de Sines, que formulou uma nova área de jurisdição, tornada efetiva com a publicação em Diário da República do Decreto-Lei nº 95/2010, de 29 de julho, e que permitirá o crescimento harmonioso do porto e da cidade sem constrangimentos;
- Os grandes desafios identificados foram assim ultrapassados e permitiram posicionar o porto num novo patamar de desenvolvimento que potencia o surgimento de novas oportunidades e novos desafios estratégicos. É atualmente fundamental uma nova visão integrada e económica do Porto de Sines sustentada numa boa compreensão das atuais dinâmicas de evolução do mundo da logística em geral e do shipping em particular, bem como de articulação ao nível da gestão do território, intermodalidade, gestão dos recursos disponíveis e de ligação com as instituições da administração central e local e a participação de agentes económicos e sociais do sector.
- Neste novo patamar de desenvolvimento do porto, importa compreender e sistematizar adequadamente as grandes tendências de evolução, os impactos nos tráfegos e nos transportes, e definir corretamente as ações a desenvolver para maximizar os benefícios que o Porto de Sines pode aportar à economia nacional.

Tais desafios, aliados ao alargamento do âmbito de gestão da APS aos portos de Faro e de Portimão, impõem a elaboração do novo Plano Estratégico, já referido, o qual permitirá ter um instrumento de gestão atualizado definidor do rumo a seguir, de forma segura e sustentável, para estes ativos estratégicos nacionais.

Especificamente em relação ao exercício de 2014 e não se encontrando ainda definidos os objetivos de gestão definidos no artigo 38º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, efetua-se no ponto 1 do Capítulo VIII deste documento a avaliação quantificada do cumprimento dos objetivos de gestão por comparação com as metas previstas no Plano de Atividades e Orçamento para 2014.

3. Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.

Os resultados da APS como autoridade portuária e como reguladora e gestora da respetiva área de jurisdição dependem em primeira análise do nível da atividade desenvolvida nos portos enquadrados nessa jurisdição. Este nível de atividade, por sua vez, e como decorre da natureza de porto inserido numa importante área industrial e logística, como é o caso de Sines, ou de apoio a atividades económicas de âmbito regional, como é o caso dos portos do Algarve, é diretamente influenciado pelo desempenho da economia.

No entanto, e tal como tem acontecido com outros portos nacionais, a atividade portuária em Sines tem apresentado crescimentos expressivos e contínuos mesmo em anos de estagnação ou recessão económica no país. Tal acontece certamente como reflexo do adequado posicionamento do porto no mercado mundial de transporte de mercadorias por via marítima e das excelentes condições oferecidas quer em termos de infraestruturas quer em termos da produtividade e fiabilidade asseguradas pelos concessionários dos diversos terminais. Acontece, igualmente, pelo reflexo de importantes investimentos recentemente efetuados na área industrial de Sines com um peso marcante nas exportações nacionais.

Em contrapartida, como infraestrutura estratégica de abastecimento energético do país, a atividade do porto estará também sempre condicionada pelas opções tomadas em termos de política energética e da primazia dada à utilização de determinadas matérias-primas ou fontes energéticas em detrimento de outras como resposta a fatores como o preço, condicionalismos de ordem geopolítica ou condições climáticas, como meros exemplos.

O clima de paz social no porto, que tem sido possível conseguir e que é sempre uma prioridade para uma autoridade portuária, é outro fator determinante para os resultados da empresa.

A eficiente gestão dos recursos internos, permitindo encontrar o compromisso ideal entre a minimização dos custos de funcionamento e a manutenção dos níveis de operacionalidade e de segurança imprescindíveis para o eficiente funcionamento de uma infraestrutura como o Porto de Sines é outro fator da maior importância nos resultados obtidos.

Acrescem as adequadas opções ao nível do investimento, nomeadamente ao nível do investimento público obrigatório e complementar para a viabilização do investimento dos agentes económicos privados que operam no porto, e das condições encontradas para o seu financiamento, onde será fundamental a empresa continuar a incorporar os meios necessários para que o mesmo seja efetuado com capitais próprios ou continuar a encontrar nos subsídios comunitários ou nacionais as fontes de financiamento que permitam não colocar em causa o seu equilíbrio financeiro.

No que se refere aos portos do Algarve, relativamente aos quais a empresa herdou uma exploração francamente deficitária, o desafio passa essencialmente por inverter ou minimizar essa situação, assegurando simultaneamente a existência de benefícios relevantes para a economia regional. Por outro lado, seja por o nível da atividade atual se encontrar próximo da capacidade existente, como é o caso de Faro, seja pela necessidade de melhorar significativamente as condições operacionais, como acontece nos dois portos, o desejável crescimento da atividade só poderá ser conseguido com a realização de importantes investimentos, impondo-se previamente à decisão sobre a implementação dos mesmos a realização dos imprescindíveis estudos sobre a sua viabilidade técnica, sobre a existência de um efetivo potencial de procura ao nível de mercadorias e de passageiros e a realização da imprescindível avaliação custo-benefício.

4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa (vide n.º 4 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013)

A exemplo dos objetivos previstos no artº 38º do DL nº 133/2013, de 3 de outubro, também as políticas e orientações setoriais previstas no nº 4 do artº 39º do mesmo diploma aguardam ainda definição da tutela setorial.

Num outro domínio, o Plano de Investimentos que a empresa anualmente inclui no seu Plano de Atividades e Orçamentos para além de englobar os que se consideram necessários à manutenção ou incremento das condições de operacionalidade e segurança dos portos incluídos na sua jurisdição, prevê igualmente os investimentos públicos do Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI 3+) para os mesmos portos, com as adaptações técnicas ou de calendário resultantes das negociações entre o Estado português e os promotores privados envolvidos sempre que necessário.

II. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013)

A empresa é detida integralmente pelo Estado Português, não sendo participada por qualquer sociedade mãe. A empresa foi inicialmente constituída com um capital social de 49.393.461,76 euros, o qual foi subsequentemente aumentado para 80.000.000,00 euros. Este reforço foi determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades e das reservas subjacentes ao valor de avaliação dos bens integrados nas contas aquando da sua constituição.

2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.

Não se verificam, de acordo com o n.º 3 do artigo 4.º dos estatutos da APS.

3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a eventuais restrições.

Não existem acordos parassociais do conhecimento da empresa.

III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas ¹ noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação (vide n.º 1, alíneas a) e b) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).

Empresa:

A APS participa nas sociedades seguintes, com as percentagens de capital indicadas:

ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.

SEDE: Rua 24 de julho n.º 1 - 7000-171 Évora

PARTICIPAÇÃO: 3,6% do Capital Social (499.000€) no montante de 17.957€ (2013: 3,6% - 17.957€)

Não existem quaisquer limitações de direito de voto ou direitos especiais de voto, logo os votos imputáveis têm correspondência direta com a percentagem de participação no capital.

CAPITAIS PRÓPRIOS 2014: 644.608€ (2013: 644.800€)

RESULTADO LÍQUIDO 2014: (96.999)€ (2013: 2.323€)

1 - Vide artigo 245º-A als c) e d) e artigo 16º do CSC

O custo de aquisição desta participação foi de 17.956,72 e foi registada imparidade pelo mesmo valor em 2010

AICEP GLOBAL PARQUES – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, SA.

SEDE: BlueBiz - Estrada do Vale da Rosa - 2910-845 Setúbal

PARTICIPAÇÃO 2014: 2,15% do Capital Social (20.186.305€) no montante de 434.265€ (2013: 2,15% - 434.265€)

Não existem quaisquer limitações de direito de voto ou direitos especiais de voto, logo os votos imputáveis têm correspondência direta com a percentagem de participação no capital.

CAPITAIS PRÓPRIOS 2014: 28.020.607€ (2013: 27.041.067€)

RESULTADO LÍQUIDO 2014: 2.363.638€ (2013: 2.000.896€)

DIVIDENDOS ATRIBUÍDOS EM 2014 REFERENTES EXERC. 2013: 34.421€ (2013: 47.954€)

EDAB - Empresa para o Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S.A.

SEDE: Rua Fernando Namora nº 20 - 7800-502 Beja

PARTICIPAÇÃO: 1,25% do Capital Social (4.000.000€) no montante de 50.000 €

Não existem quaisquer limitações de direito de voto ou direitos especiais de voto, logo os votos imputáveis têm correspondência direta com a percentagem de participação no capital.

O custo de aquisição desta participação foi de 50.000,00 e foi registada imparidade pelo mesmo valor em 2010. A EDAB está em processo de liquidação.

Membros dos Órgãos Sociais:

Apenas há a referir as participações do Vogal do Conselho de Administração, Dr. José Pedro da Silva Soares, nas seguintes entidades:

- LEODOMUS RESTAURANTES, LDA. (NIF 506798178)

Sede: Rua Moinho da Porta, 32 - 8300-171 SILVES

Participação: 1,00% no montante de 200,00 €

- SEA BASS, LDA. (NIF 510207782)

Sede: Rua Infante D. Henrique, 211 - 8500-693 PORTIMÃO

Participação: 23,75% no montante de 3.562,50 €

- J.B.SILVA, LDA. (NIF 501262830)

Sede: Rua Cruz de Portugal, 10 - 8300-135 SILVES

Participação: 12,50% no montante de 625,00 €

Revisor Oficial de Contas:

A PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (PwC SROC) é membro da rede mundial de firmas da PricewaterhouseCoopers, sendo que cada firma opera de forma separada e independente. Todas as firmas que integram a rede PwC são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited (PwC IL). Em Portugal para além da PwC SROC, operam ainda duas outras firmas-membro da rede PwC, designadamente a

PricewaterhouseCoopers/AG - Assessoria de Gestão, Lda. e a PricewaterhouseCoopers /MFAS - Management, Finance & Accounting Services, Lda.

2. Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional (vide n.º 1, alínea c) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).

A APS, SA é membro das seguintes entidades de natureza associativa:

- APP – Associação dos Portos de Portugal
- APLOP – Associação dos Portos de Língua Portuguesa
- IAPH - International Association of Ports & Harbors
- IPCSA - International Port Community Systems Association
- MED CRUISE
- ETLA - Escola Tecnológica do Litoral Alentejano
- APQ - Associação Portuguesa da Qualidade
- PIANC - Associação Internacional de Navegação – Delegação Portuguesa
- Associação Bandeira Azul da Europa
- ADFERSIT - Associação Para o Desenvolvimento dos sistemas integrados de transportes
- CEEP Portugal – Serviços de Interesse Geral
- APTMCD - Associação Portuguesa Transporte Marítimo de Curta Distância
- APPR - Associação Portuguesa de Portos de Recreio
- AES - Associação Empresarial de Sines
- FAE - Fórum Administradores de Empresas
- APP - Associação dos Portos de Portugal
- Oceano XXI - Associação Conhecimento do Mar
- FEEM - Fórum Empresarial Economia do Mar
- ELO - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento e Cooperação
- CCILC - Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa
- SinesTecnopolo
- AIPQR – Associação das Indústrias da Petroquímica, Química e Refinação

3. Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC.

Não aplicável, conforme o previsto no n.º 3 do artigo 4.º dos estatutos da APS

4. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.

Não existem.

IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A empresa deve apresentar um modelo de governo societário que assegure a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização (vide n.º 1 do artigo 30.º

do Decreto-Lei n.º 133/2013). Desta forma, deve ser explicitada a composição dos seguintes órgãos:

A. Mesa da Assembleia Geral

1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)

| MANDATO (INÍCIO – FIM) | CARGO | NOME | REMUNERAÇÃO ANUAL | |
|---------------------------|------------|---------------------------|---------------------------|-------------------------------|
| | | | FIXADA (€) ⁽¹⁾ | BRUTO PAGO (€) ⁽²⁾ |
| 2013-07-02/2015 | Presidente | António Maldonado Gonelha | 575,00 | 0,00 |
| 2013-07-02/2015 | Secretária | Sara Alexandra Ambrósio | 375,00 | 375,00 |

Legenda: (1) – Valor da Senha de presença fixada; (2) – Antes de reduções remuneratórias

2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Nada a assinalar, uma vez que o capital social é integralmente subscrito pelo Estado, conforme artigo 4.º dos estatutos da APS.

B. Administração e Supervisão

1. Identificação do modelo de governo adotado.

Conforme previsto no n.º 1 do artigo 5.º dos estatutos da APS a mesma dispõe dos seguintes Órgãos Sociais:

- a) Assembleia Geral;
- b) um Conselho de Administração, constituído por 3 membros, todos executivos;
- c) um Conselho Fiscal, constituído por 3 membros efetivos e 1 suplente;
- d) um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores de Oficiais de Contas.

2. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.

Estatuto do Gestor Público (DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro) e artigo 5º dos estatutos da APS, S.A., constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de novembro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 334/2001, de 24 de dezembro, 46/2002, de 2 de março, 95/2010, de 29 de julho e 44/2014, de 20 de março.

3. Caracterização da composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

| MANDATO (Início – Fim) | CARGO | DESIGNAÇÃO LEGAL DA ATUAL NOMEAÇÃO | Nº DE MANDATOS EXERCIDOS NA SOCIEDADE | OBSERVAÇÕES |
|---------------------------|--|--|---|---|
| 2013.06.25/2015 | Presidente: Dr. João Paulo Farinha Franco | DUE 24/06/2013 | 3 | 1ª nomeação em 6 de Abril de 2005 (Vogal do CA) |
| 2013.06.25/2015 | Vogal: Eng.º Eduardo Carvalho Ramos Bandeira | DUE 24/06/2013 | 1 | |
| 2013.06.25/2015 | Vogal: Dr. José Pedro da Silva Soares | DUE 24/06/2013 | 1 | |

- 4. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes², ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão (vide artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).**

Todos os membros do C.A. são executivos. Não existe Conselho Geral e de Supervisão, conforme artigo 5.º dos estatutos da APS.

2 A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente. Quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção da análise ou de decisão.

- 5. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos nos últimos 5 anos (vide alínea j) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).**

Presidente do Conselho de Administração - Dr. João Paulo Farinha Franco

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa (1976);
- PADE - Programa de Alta Direcção de Empresas - Universidade de Navarra/Associação de Estudos Superiores de Empresas (1988/89);
- Curso de Defesa Nacional - Instituto de Defesa Nacional (1995/96).

Atividade Profissional - Advogado / Gestor

A partir de 25 de junho de 2013:

- Presidente do Conselho de Administração da APS – Administração do Porto de Sines, S.A. desde 25 de junho de 2013, redenominada APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. desde 21 de Março de 2014.

2005 a 2013:

- Administrador da APS - Administração do Porto de Sines, S.A., desde 23 de junho de 2005 até 24 de junho de 2013;

2002 a 2005:

- Presidente do Conselho de Administração da Transtejo, Transportes Tejo, S.A., desde 18 de junho de 2002 até 22 de junho de 2005; e
- Presidente do Conselho de Administração da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., desde 16 de julho de 2002 até 22 de junho de 2005;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação dos Armadores do Tráfego Fluvial desde 8 de abril de 2003;
- Gerente da SAROS, Sociedade de Medição de Seguros, Lda. desde 1 de agosto de 2002 até 30 de junho de 2003;

1995 a 2001:

- Administrador da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A. desde 23 janeiro 1995 até 31 agosto 2000;
- Membro da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Cascais desde fevereiro 1998 até janeiro 2001;
- Administrador do Instituto Marítimo Portuário desde setembro 2000 até novembro 2001;
- Diretor Assessor da CCFL, S.A. desde novembro 2001;

1992 a 1994:

- Secretário-Geral do Conselho Económico Social (até setembro 1993);
- Administrador da Fernave, S.A.;
- Diretor do Contencioso da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.;
- Presidente do Conselho Fiscal da Ferconsult, S.A.;
- Vereador da Câmara Municipal de Cascais (1994-1997);

1988 a 1992:

- Administrador do Metropolitano de Lisboa, E.P.;

1986 a 1988:

- Assessor Jurídico do Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional (até 1987);
- Vogal das Comissões Liquidatárias das Empresas CTM e CNN.;
- Presidente da Assembleia de Freguesia da Parede;
- Membro da Assembleia Municipal de Cascais;

1982 a 1988:

- Advogado em profissão liberal;

1979 a 1982:

- Advogado;
- Membro da Comissão Nacional de Eleições;
- Adjunto do Presidente da Assembleia da República (1980);

- Chefe do Gabinete do Secretário de Estado do Trabalho (1981);
- Assessor Jurídico da CTM, E.P.;
- Diretor da Associação Portuguesa dos Armadores da Marinha Mercante;

1976 a 1979:

- Vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Cascais (1976);
- Monitor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de Lisboa (1976/1977); Estágio de Advocacia;
- Cumprimento do serviço militar na Direção do Serviço de Justiça e Disciplina do Estado-maior do Exército e no Supremo Tribunal Militar;

Vogal do Conselho de Administração – Eng.º Eduardo Carvalho Ramos Bandeira

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Engenharia Eletrónica e Telecomunicações pela Universidade de Aveiro (1976 a 1981);
- Executive Master in Business Administration (eMBA) pela AESE/IESE (Universidad de Navarra) (setembro de 2008 a junho de 2010);

Formação Profissional Especializada

- Gestão de Projetos - Instituto Superior de Gestão de Lisboa (novembro de 2000 a janeiro de 2001);
- **PAGE – Programa Avançado de Gestão para Executivos** - Faculdade de Ciências Económica e Empresariais, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa (janeiro a julho de 2005);
- **GE - Gestão Estratégica e Criação de Valor** - Faculdade de Ciências Económica e Empresariais, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa (maio de 2007);
- **International Week AESE – EMBA Program** - Ross School of Business, Michigan, USA (junho de 2009);
- **Indian Economy and Management Practices** - Indian Institute of Management, Ahmedabad, Índia (setembro de 2009);

Atividade Profissional:

A partir de 25 de junho de 2013:

- Vogal Executivo do Conselho de Administração da APS - Administração do Porto de Sines, S.A., redenominada APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. desde 21 de Março de 2014.

1 de novembro de 2011 a 24 de junho de 2013:

- Diretor da Qualidade da Administração do Porto de Sines, S.A.;

16 de setembro de 2009 a 31 de outubro de 2011:

- Diretor Adjunto do Conselho de Administração da Administração do Porto de Sines, S.A.;

07 de maio de 2009 a 31 de agosto de 2009:

- Administrador - Gestão estratégica da empresa Metalsines - Companhia de Vagões de Sines, SA;

01 de julho de 2008 a 15 de setembro de 2009:

- Administrador Delegado - Gestão estratégica e corrente da empresa Compelmada Internacional, SA;

01 de julho de 2008 a 15 de setembro de 2009:

- Diretor de Investimentos para a Área de Sines - Administração das sociedades ou participadas pela entidade patronal na Área de Sines - FTM Holdings, SGPS, SA;

01 de julho de 2008 a 15 de setembro de 2009:

- Presidente do Conselho Administrativo - Gestão estratégica e corrente da associação - CEMETRA - Centro de Medicina do Trabalho da Área de Sines;

01 de fevereiro de 2006 a 30 de junho de 2008:

- Diretor de Gestão de Concessões e Áreas Dominiais - Gestão dos contratos de concessão e licenciamentos; Gestão da área dominial; Gestão do porto de recreio; Negociação de novos contratos - Administração do Porto de Sines;

01 de fevereiro de 2003 a 31 de janeiro de 2006:

- Diretor de Gestão de Concessões - Gestão dos contratos de concessão e licenciamentos; Gestão do porto de recreio; Negociação de novos contratos - Administração do Porto de Sines;

1999 a 31 de janeiro de 2003:

- Diretor de Projetos e Tecnologias - Coordenação dos estudos de modernização e ampliação de estruturas e equipamentos portuários; Realização de projetos nas especialidades de mecânica, eletricidade, automação e instrumentação; Fiscalização de contratos de empreitada e de fornecimento - Administração do Porto de Sines;

1993 a 1998:

- Chefe da Divisão de Estudos e Planeamento da Direção do Terminal Petrolífero - Chefia de projetos de modernização das instalações elétricas e de instrumentação; Chefia do projeto de modernização do sistema de comando e controlo; Coordenação dos estudos de modernização das instalações do Terminal - Administração do Porto de Sines;

1992:

- Chefe do Projeto de Modernização do Sistema de Comando e Controlo do Terminal Petrolífero - Chefia do projeto de substituição integral do sistema de controlo distribuído do Terminal; Gestão do contrato de manutenção da instrumentação do Terminal - Administração do Porto de Sines;

1990 a 1991:

- Chefe do Serviço de Eletrónica e Telecomunicações - Chefia de diversos projetos de modernização de equipamentos e instalações do Terminal Coordenação do estudo de substituição do sistema de comando e controlo do Terminal Petrolífero - Administração do Porto de Sines;

1981 a 1990:

- Engenheiro / Chefe de Turno - Chefia de operação e manutenção de equipamentos de telecomunicações (feixes hertzianos, emissores de onda curta, etc.) na empresa Pro-Funk;

Vogal do Conselho de Administração – Dr. José Pedro da Silva Soares

Habilitações Académicas:

- Bacharelato em Gestão pela Universidade do Algarve – Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo (ESGHT) – 2006;
- Licenciatura em Gestão no Ramo de Marketing pela Universidade do Algarve – Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo (ESGHT) – 2007;

Formação Profissional Especializada:

- Curso de Formação Profissional “Marketing” - ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários (2002);
- Seminário Internacional “Empresa e Futuro – Séc. XXI e o Desafio de Pensar Diferente e Fazer Melhor!” - Universidade do Algarve – ESGHT – ANJE – Asheville Management Strategic Corporation (2003);
- Curso de Formação Profissional “Instrumentos de Financiamento” - ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários (2003);
- Seminário de Fiscalidade “A Tributação das Empresas” - Universidade do Algarve – ESGHT (2004);
- Seminário “Recomendações Estratégicas para as Organizações do Séc. XXI” - Universidade do Algarve – ESGHT (2005);
- Seminário “O Novo Código de Insolvência e Recuperação de Empresas” - ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários (2005);
- Conferência Internacional “Náutica Desportiva e de Lazer – Rotas de Afirmação” - Município de Portimão – CCDDR Algarve – Turismo de Portugal/Algarve (2009);
- Conferência Internacional “Acessibilidade e Mobilidade para Todos” - Município de Portimão – Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidades – POPH – QREN – União Europeia (2010);
- Conferência “Barcelona, História de uma Cidade que saltou do quase nada para a Primeira Divisão” - Município de Portimão (2012);
- VI CONGRESSO DA APLOP (Associação dos Portos de Países de Língua Oficial Portuguesa) - Associação dos Portos de Países de Língua Oficial Portuguesa (2012).
- Curso de Formação Profissional “PDE – Programa de Direção de Empresas” – AESE – Escola de Direção e Negócios (2014).

Atividade Profissional:

A partir de 25 de junho de 2013:

- Vogal executivo da APS - Administração do Porto de Sines, S.A., redenominada APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. desde 21 de Março de 2014.

– De junho de 2007 a 24 de junho de 2013:

– Gestor de Projetos - Portimão Urbis, EM – Desenvolvimento e gestão de eventos desportivos, culturais e lazer; Desenvolvimento e promoção de produtos turísticos; Criação do Observatório do Turismo de Portimão; Promoção do Porto de Portimão; Responsabilidade de coordenar, com a autoridade portuária, o fluxo de passageiros e tráfego rodoviário; Coordenação e gestão dos transportes públicos e operações turísticas; Visitas a bordo dos navios para operações de charme, (opinion makers das companhias e relatores de escalas); Gestão de conflitos (armadores, agentes de navegação, autoridade portuária, logistas, entre outros stakeholders) com vista ao maior desempenho e criação de sinergias; Desenvolvimento de estratégias de crescimento para o porto no segmento cruzeiros; Acompanhamento dos estudos do LNEC, com vista ao plano de investimentos, (alargamento e desassoreamento aos -10m ZH do canal de navegação e bacia de rotação); Cooperação com os restantes portos nacionais, para o desenvolvimento da imagem e promoção internacional no segmento dos cruzeiros, sobre umbrela – Portos de Portugal; Cooperação com o IPTM, no Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC); Dinamização do terminal; Criação e gestão na rede social facebook, do perfil “Portos do Algarve” (no âmbito da promoção);

2003 a 2007:

– Diretor de Marketing - Grupo Propesca – Elaboração de planos de desenvolvimento estratégico; Liderança das equipas de vendas, marítimo-turísticas e comunicação; Relações com instituições e federações desportivas; Expansão das marcas tituladas; Internacionalização da marca registada “HIRO”;

6. Apresentação de declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013)

As declarações em causa, que reportam para a data de início de mandato que é anterior à publicação do Decreto-Lei 133/2013, são incluídas no anexo 2. Com a aprovação do presente documento, consideram-se assim apresentadas as mesmas aos órgãos de administração e de fiscalização. Serão igualmente remetidas à IGF.

Adicionalmente no ponto 1 do capítulo III deste relatório identificam-se as participações sociais detidas por membros do órgão de administração. Ainda de referir que o Código de Ética e de Conduta da empresa (<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/c%C3%B3digo-de-%C3%A9tica-e-de-conduta/>) possui disposições específicas sobre a prevenção de conflitos de interesses aplicáveis a todos os colaboradores, incluindo os membros do órgão de administração.

7. Identificação das relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Nada a assinalar.

8. Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade,

incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade

Presidente – Dr. João Paulo Farinha Franco

Representação externa da empresa;

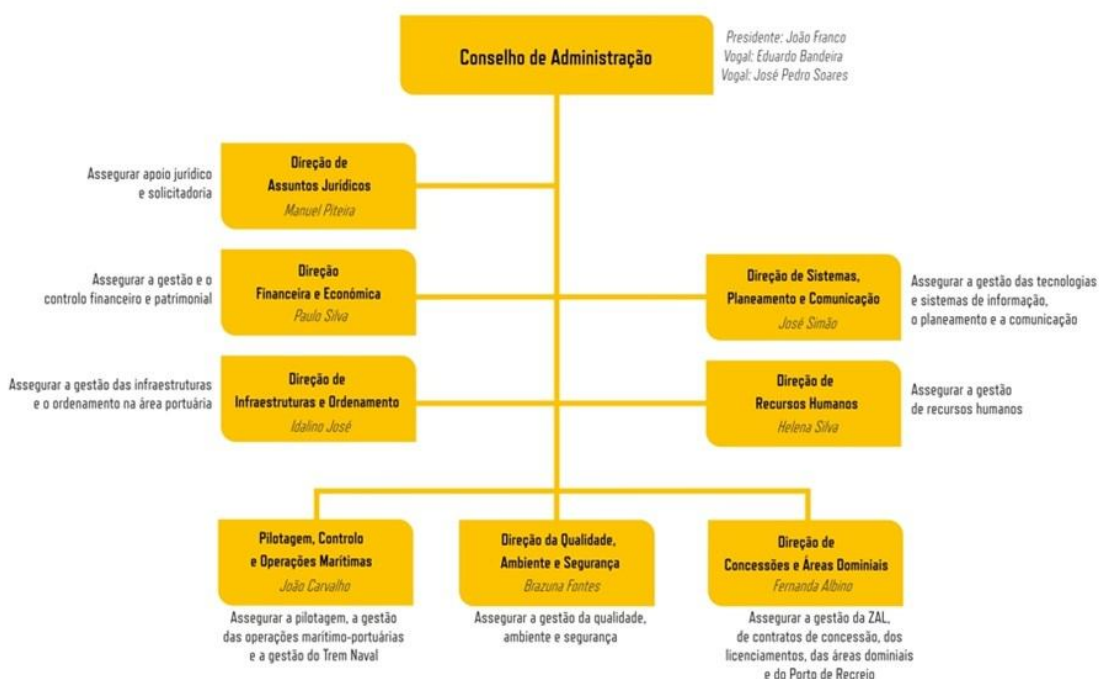
Pelouros: Direção Financeira e Económica; Direção de Concessões e Áreas Dominiais; Direção de Apoio Jurídico; Comunicação.

Vogal – Engº Eduardo Carvalho Ramos Bandeira

Pelouros: Direção de Recursos Humanos; Direção de Infraestruturas e Ordenamento; Direção de Pilotagem, Controlo e Operações Marítimas.

Vogal – Dr. José Pedro da Silva Soares

Pelouros: Sistemas de Informação e Planeamento; Direção da Qualidade, Ambiente e Segurança; e articulação com os diversos intervenientes na integração dos portos de Faro e Portimão na APS.



Relativamente aos limites materiais da delegação de competências, estão resumidos na Tabela 002R6 do Sistema Integrado de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança e são as seguintes:

Conselho de Administração

São competência, exclusiva, do Conselho de Administração: A encomenda de estudos e a aprovação de deslocações ao estrangeiro, aquisição de publicações periódicas, inserção de publicidade em quaisquer meios de comunicação e atribuição de subsídios, donativos ou patrocínios, bem como as relativas a cumprimento de obrigações legais e contratos de fornecimento de bens e serviços previamente aprovados em CA, independentemente

do valor, cuja autorização se compreende no âmbito da delegação de competências.

Limites de autorização de despesas

- Até ao valor de 25 000 € – Membros do CA;
- Até ao valor de 1 000 € – Diretores e Diretoras;
- Até ao valor de 500 € - Chefes de Divisão.

Delegação de autorização de despesas

- Até ao valor de 1 000 € – Diretores e Diretoras;
- Até ao valor de 500 € - Chefes de Divisão.

9. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo³, indicando designadamente:

(a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas.

Dando cumprimento ao disposto na alínea i) do art. 13º A do DL nº. 558/99 de 17 de Dezembro, com a nova redação dada pelo DL nº. 300/2007 de 23 de Agosto, informa-se que o Conselho de Administração, para deliberar sobre as matérias mais relevantes da atividade da empresa, efetuou 43 reuniões em 2014, com o seguinte grau de assiduidade:

| No período de 2014 - Número Total de Reuniões: 43 | |
|---|--------------|
| Presidente - Dr. João Franco | 42 Presenças |
| Vogal - Engº Eduardo Bandeira | 42 Presenças |
| Vogal - Dr. José Pedro Soares | 41 Presenças |

(b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

No ano de 2014 não foram exercidos cargos ou atividades deste tipo.

(c) Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos.

Não aplicável, sem prejuízo da avaliação da gestão pela assembleia geral, nomeadamente por ocasião da aprovação do relatório e das contas anuais. Na ausência da definição dos objetivos previstos no artº 43º do DL nº 133/2013, de 3 de outubro, não existem outros critérios pré-determinados, para além dos objetivos definidos em sede do plano de atividades anual.

(d) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Não existentes.

3 Deve ser ajustado ao modelo de governo adotado.

C. Fiscalização

- 1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).**

Nos órgãos sociais, a fiscalização é assegurada pelo Conselho Fiscal com 3 membros efetivos e 1 suplente. É ainda assegurada pelo Revisor Oficial de Contas (ROC).

| Mandato | Cargo | Designação Legal da atual Nomeação | Nº de Mandatos exercidos na sociedade | Observações |
|-----------------|---|------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------------|
| (Início – Fim) | | | | |
| 2013-07-02/2015 | Presidente: Dr.ª Ana Paula Gomes Azurara | AG 02/07/2013 | 2 | 1ª nomeação em 18 de Abril de 2008 |
| 2013-07-02/2015 | Vogal: Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes | AG 02/07/2013 | 2 | 1ª nomeação em 18 de Abril de 2008 |
| 2013-07-02/2015 | Vogal: Dr. Dino Jorge Ramos dos Santos | AG 02/07/2013 | 2 | 1ª nomeação em 18 de Abril de 2008 |
| 2013-07-02/2015 | Suplente: Dra. Luísa Maria do Rosário Roque | AG 02/07/2013 | 1 | |

- 2. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art.º 414.º, n.º 5 Código das Sociedades Comerciais (CSC).**

Conselho Fiscal

Presidente: Dra. Ana Paula Gomes Azurara

Vogal: Dra. Maria Teresa Moraes

Vogal: Dr. Dino Santos

Suplente: Dra. Luísa Maria do Rosário Roque

Todos os membros do Conselho Fiscal são independentes de acordo com o estipulado no CSC.

- 3. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.**

Conselho Fiscal

Presidente – Dra. Ana Paula Gomes Azurara

Dados pessoais

Nome: Ana Paula Gomes Azurara

Data de nascimento: 5 de setembro de 1961.

Habilitações académicas

Licenciada em Direito, na menção de Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em janeiro de 1991.

Atividade profissional

De julho de 2007 até ao presente – Diretora de Serviços de Gestão Patrimonial da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, em comissão de serviço;

De dezembro de 2004 a junho de 2007 – Diretora de Serviços de Gestão Patrimonial da Direção-Geral do Património (DGP), em comissão de serviço. Na carreira de origem - nomeada Assessora Principal desde 1 de setembro de 2006;

De dezembro de 2001 a novembro de 2004 - Diretora de Serviços (regime de substituição) da DGP;

De setembro de 2001 até novembro de 2001 - Coordenadora do Gabinete Jurídico (regime de substituição) – lugar equiparado a Chefe de Divisão, da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;

De outubro de 1999 até agosto de 2001 - Técnica superior de 1.ª Classe (até abril de 2001) e Técnica Superior Principal, da DGP;

De outubro de 1997 até setembro de 1999 - Coordenadora dos Serviços Jurídicos (Divisão de Estudos Patrimoniais) da DGP;

De fevereiro de 1992 até setembro de 1997 - Carreira técnica superior (1992- Estagiária; 1993 - 2.ª Classe; 1997 e 1.ª Classe) da DGP;

De outubro de 1985 até janeiro de 1992 - Carreira técnica do património (1985-1986 Estagiária; 1987 – 1992 auxiliar de gestão patrimonial) da DGP;

De junho de 1984 até setembro de 1985 - Técnica auxiliar de 2.ª classe, do Instituto Nacional de Estatística;

De junho de 1983 até maio de 1984 – Tarefeira, da *Direção-Geral do Ensino Superior*;

De agosto de 1981 até abril de 1983 - Técnica auxiliar de 2.ª classe (contratada a prazo), Instituto Nacional de Estatística;

1.º Semestre de 1981 - Agente recenseador (Censos 81), Instituto Nacional de Estatística.

Outras funções e atividades desenvolvidas

- Desde abril de 2008 – Presidente Conselho Fiscal da APS – Administração do Porto de Sines, SA
- Colaborou nos grupos constituídos para proceder à transferência de património para as Universidades, Clássica e Técnica, de Lisboa e do Porto;
- Integrou o grupo de trabalho encarregue de proceder à transferência de património para o Instituto de Estradas de Portugal;
- Integrou o grupo de trabalho sobre “Aumento de Receita do Estado (rendas) e Operações de Titularização de Créditos”;

- Integrou, como representante da DGP, o grupo de trabalho, criado pelo Despacho Conjunto n.º 427/99 do Ministro das Finanças e da Cultura, com vista à elaboração da tabela de seleção geral dos documentos produzidos na Administração Pública;
- Monitorizou o Curso de “Código do Procedimento Administrativo” na DGP;
- Integrou o grupo de trabalho encarregado de proceder à revisão do Regime Jurídico dos Veículos do Estado.

Formação profissional especializada

- Curso “FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública” (Instituto Nacional de Administração);
- “Seminário de Alta Direção” - Instituto Nacional de Administração.

Vogal – Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes

Dados pessoais

NOME: Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes

DATA DE NASCIMENTO: 25 de março de 1960

Habilitações académicas

Licenciada em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa, em 1983

Atividade profissional

Desde outubro de 2012 – Diretora de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), em regime de substituição

abril de 2008 a setembro de 2012- Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Orçamental da DGTF, em regime de substituição

junho de 2007 a abril de 2008 – Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Financeiros da DGTF, em regime de substituição

abril de 2000 a junho de 2007 - Diretora do Gabinete de Prospetiva e Coordenação da Direcção-Geral do Tesouro (DGT)

abril de 1993 a abril 2000 – Chefe de Divisão da área de Coordenação Orçamental e Bonificações da DGT

1987 a 1993 – Técnica Superior do Tesouro tendo exercido funções nas seguintes Direcções da DGT: Operações Cambiais; Planeamento, Organização e Coordenação; e Gabinete de Estudos

Outras funções e atividades desenvolvidas

Desde outubro 2012 - Vogal Suplente do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, S.A.

Desde agosto de 2012 - Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Carris, S.A.

Desde agosto de 2012 – Representante da DGTF na Comissão Executiva da Estrutura de Gestão do PNAEE

Desde março de 2009 – Representante da DGTF na Comissão de Gestão Técnica do Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores

Desde abril de 2008 – Vogal do Conselho Fiscal da APS – Administração do Porto de Sines, S.A.

Desde abril de 2008 – Membro do Grupo para o Acompanhamento Permanente da Moeda Metálica

2007 a novembro de 2013 – Vogal do Conselho Fiscal da SOFID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Desde 2007 - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA

2004 a fevereiro de 2008 - Presidente da Comissão de Fiscalização do Instituto de Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário

Desde 2004 – Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA

2002 a 2005 - Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Hospital de São Bernardo, SA

2002 a 2004 - Representante da Direção-Geral do Tesouro no grupo de trabalho que apresentou um projeto de diploma sobre crédito bonificado para Pessoas com Deficiência

1999 a 2004 - Vogal do Conselho Fiscal da Hidroelétrica de Cahora Bassa, SA

1998 a 2000 - Representante da Direção-Geral do Tesouro no grupo de trabalho que elaborou os projetos de diplomas que regulam o regime da concessão de crédito à aquisição, construção e realização de obras em habitação – Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de novembro, e posteriores alterações

1998 – Representante da Direção-Geral do Tesouro na Comissão de Estudo do Regime Jurídico Relativo aos Auxílios Públicos

Formação profissional especializada

- Curso “FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública” (Instituto Nacional de Administração)
- Curso “Formação de Formadores” (Instituto do Emprego e Formação Profissional)

Vogal – Dr. Dino Jorge Ramos dos Santos

Dados pessoais

Nome: Dino Jorge Ramos dos Santos

Data de nascimento: 20 de agosto de 1961

Habilitações académicas

Licenciado em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, em 1986

Atividade profissional

Desde outubro de 2013 – Chefe de Divisão de Liquidações e Regularizações da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF)

novembro de 2000 a outubro 2013 – Chefe de Divisão de Recuperação de Créditos da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF)

maio de 2000 a novembro 2000 - Chefe de Divisão da Cooperação Industrial da Direção-Geral da Indústria (DGI)

setembro 1997 a maio 2000 – Técnico Superior do Tesouro tendo exercido funções nas áreas da DGT de Cooperação Financeira Internacional e Recuperação de Créditos

dezembro 1993 a setembro 1997 – Técnico Superior na DGI tendo exercido funções nas áreas da Cooperação Industrial e da Competitividade Industrial

dezembro 1991 a dezembro 1993 – Coordenação da Equipa de Projeto “Ativos Financeiros – conta CEROT”

novembro de 1986 a dezembro 1991 – Técnico Superior tendo exercido funções nas áreas da DGT de Recuperação de Créditos, Bonificações e Garantias do Estado

Outras funções e atividades desenvolvidas

Desde abril de 2008 – Vogal do Conselho Fiscal da Administração do Porto de Sines, S.A. (desde 21 de Março de 2014 redenominada APS-Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.)

maio de 2000 a novembro 2000 – Representante do Ministério da Indústria e Energia no “Comite Art.4” da Comissão Europeia

julho 1989 a dezembro 1993 – Membro da Comissão de Fiscalização da empresa “Empreendimentos Urbanos e Turismo, SA”

Formação profissional especializada

Curso “FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública” (Instituto Nacional de Administração), terminado em Março 2006

Curso “Fiscalidade nas Empresas” (Instituto Superior de Gestão), terminado em Dezembro 1999.

Suplente – Dra. Luísa Maria do Rosário Roque

Habilitações Académicas

- Mestrado em Auditoria no I.S.C.A.L.
- Pós-Graduação em Mercados Financeiros pelo I.F.B.
- Licenciatura em Gestão de Empresas pelo I.S.L.A.
- Bacharelato em Gestão de Empresas pelo I.S.L.A.

Atividade Profissional

2001/..... - Quadro superior da DGTF no Departamento de Serviços de Participações do Estado, a exercer funções de assessoria técnica, no âmbito de estudos, preparação e acompanhamento das matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do setor público, administrativo e empresarial e ao exercício da função acionista do Estado.

1996/2001 - Quadro superior da DGTF da Direção de Apoios Financeiros, no âmbito do processo de concessão de garantias do Estado.

2000/2001 - Participou no grupo de trabalho da Comissão EURO – DGT

2000/2002 - Exerceu funções de formadora no âmbito da DGTF

1999 julho/dez - participou no grupo de trabalho interno designado “Comissão do Plano de Contingência Ano 2000”

1989/1998 - Exerceu funções de docente no Ensino Secundário

Outros Cargos:

Presidente do Conselho Fiscal da FNMF – Fundação Nacional Museu Ferroviário

Presidente do Conselho Fiscal da APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA

Vice-Presidente da Mesa da A.G. da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, SA

Secretária da Mesa da A.G. da EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, SA

Secretária da Mesa da A.G. da APFF, S.A. – Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.

Membro suplente do Conselho Geral da Comissão de Normalização Contabilística

Representante do acionista Estado em várias empresas do SEE

4. Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, consoante aplicável:

a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro;

| N.º Reuniões | Local de realização | Intervenientes na reunião | Ausências dos membros do Conselho Fiscal |
|--------------|--|------------------------------------|--|
| 10 | Sede da empresa em Sines e na Direção-Geral do Tesouro e Finanças, em Lisboa | Presidente e Vogais Efetivos do CF | Não existiram ausências |

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

CARGOS EXERCIDOS EM SIMULTÂNEO DENTRO DO GRUPO APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE

Nada a assinalar para todos os membros efetivos ou suplentes do Conselho Fiscal.

CARGOS EXERCIDOS EM SIMULTÂNEO FORA DO GRUPO APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE

Presidente – Dra. Ana Paula Gomes Azurara

- Diretora de Serviços de Gestão Patrimonial da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, em comissão de serviço, desde julho de 2007.

Vogal – Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes

- Diretora de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), em regime de substituição, desde outubro de 2012;
- Vogal Suplente do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, S.A., desde outubro 2012;
- Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Carris, S.A., desde agosto de 2012.

Vogal – Dr. Dino Jorge Ramos dos Santos

- Chefe de Divisão de Liquidações e Regularizações da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), desde outubro de 2013.

Suplente – Dra. Luísa Maria do Rosário Roque

- Quadro superior da DGTF no Departamento de Serviços de Participações do Estado, desde 2001;
- Presidente do Conselho Fiscal da FNMF – Fundação Nacional Museu Ferroviário
- Presidente do Conselho Fiscal da APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA
- Vice-Presidente da Mesa da A.G. da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, SA
- Secretária da Mesa da A.G. da EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, SA
- Secretária da Mesa da A.G. da APFF, S.A. – Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.

c) Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo

Nada a assinalar, uma vez que não existe auditor externo.

d) Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Nada a assinalar.

D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. **Identificação da SROC, do ROC e respetivos números de inscrição na OROC e CMVM, caso aplicável, e do sócio ROC, efetivo e suplente, que o representa e indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).**

PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 9077, representada pelo Dr. José Pereira Alves ou pelo Dr. César Abel Rodrigues Gonçalves como suplente.

2. **Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas à sociedade.**

As limitações existentes são as que decorrem do Estatuto dos ROC.

3. **Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta sociedade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório.**

A PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., exerce funções desde 2005 (10 anos), sendo que relativamente ao mandato de 2005 a 2007 exerceu funções sob a forma de Fiscal Único.

| MANDATO | CARGO | DESIGNAÇÃO LEGAL DA ATUAL NOMEAÇÃO | Nº DE MANDATOS EXERCIDOS NA SOCIEDADE | OBSERVAÇÕES |
|-------------------------|---|--|---|--|
| (Início – Fim) | | | | |
| 2005.04.06 – 2008.09.11 | Fiscal Único - PricewaterhouseCoopers, SROC, Lda. | | 1 | |
| 2008.09.12 – 2012.07.30 | Revisor Oficial de Contas - PricewaterhouseCoopers, SROC, Lda. | | 2 | (Incluindo o anterior mandato como Fiscal Único) |
| 2012.07.31 - ... | Revisor Oficial de Contas - PricewaterhouseCoopers, SROC, Lda., representada por: | DUE 22/07/2013 | 3 | (incluindo os 2 mandatos acima mencionados) |
| | José Pereira Alves - ROC nº 711, ou | DUE 22/07/2013 | 1 | |
| | César Abel Rodrigues Gonçalves – ROC nº 740 | DUE 22/07/2013 | 1 | |

4. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.

| Mandato | Cargo | Nome | Remuneração Anual | |
|-----------------|-------|---|---------------------------|--------------------------|
| | | | Fixada (€) ⁽¹⁾ | Bruto (€) ⁽²⁾ |
| 2013-07-02/2015 | SROC | PricewaterhouseCoopers & Associados – revisão de contas | 20.700,00 | 20.700,00 |
| | SROC | PricewaterhouseCoopers & Associados – outros serviços que não revisão de contas | - | 8.228,75 |
| | SROC | PricewaterhouseCoopers & Associados – total | 20.700,00 | 28.928,75 |

Legenda: (1) – Valor Bruto Anual Fixado; (2) – Antes de reduções remuneratórias; deve incluir as despesas de representação

Para além do valor contratado de 20.700€ relativo à revisão de contas, a PricewaterhouseCoopers, Lda. prestou serviços relativos à revisão da alteração do Orçamento 2014.

E. Auditor Externo

- 1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.**

A empresa não dispõe de auditor externo porque, nesta matéria, no final de 2014 os estatutos não estavam ainda adaptados ao DL 133/2013, de 3 de outubro.

- 2. Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.**

Idem.

3. **Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.**

Idem.

4. **Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede⁴ e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:**

Nada a assinalar, face ao referido nos pontos anteriores.

V. ORGANIZAÇÃO INTERNA

A. Estatutos e Comunicações

1. **Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.**

Pela assembleia geral, conforme alínea e) do n.º 2 do artigo 8.º dos estatutos da APS, ou por diploma legal (decreto-lei).

2. **Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.**

Relativamente a esta matéria a APS possui um Código de Ética e de Conduta (<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/c%C3%B3digo-de-%C3%A9tica-e-de-conduta/>) e tem implementado um Plano de Prevenção de Riscos de Compliance (<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/plano-de-preven%C3%A7%C3%A3o-de-riscos-de-compliance/>).

No âmbito do processo de implementação dos processos acima referidos está prevista a criação de um procedimento específico de comunicação de irregularidades, ainda não concretizado. Não há conhecimento de ocorrências neste domínio nos últimos exercícios.

3. **Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional.**

O Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança certificado em diversos domínios de intervenção, encontra-se estruturado de forma a prevenir este tipo de riscos (<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/sistema-integrado-de-gest%C3%A3o/>).

A empresa possui um Código de Ética e de Conduta (<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/c%C3%B3digo-de-%C3%A9tica-e-de-conduta/>) e um Plano de Prevenção de Riscos de Compliance (<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/plano-de-preven%C3%A7%C3%A3o-de-riscos-de-compliance/>).

O Plano de Prevenção de Riscos de Compliance compreende um conjunto de medidas de prevenção relativas aos seguintes processos funcionais:

- Acidentes de trabalho
- Ações corretivas e preventivas
- Atribuição de benefícios públicos
- Atribuição de licenças e autorizações

- Auditoria interna
- Avaliação de fornecedores
- Cartão Único Portuário
- Compras
- Comunicação externa - ambiente e segurança
- Controlo e gestão documental - RH
- Exploração
- Faturação
- Formação profissional
- Formação, celebração e execução de contratos
- Gestão da frota automóvel
- Gestão de contratos de concessão
- Gestão de contratos de empreitadas, fornecimentos e serviços
- Gestão de tarifários
- Gestão do porto de recreio
- Gestão documental
- Identificação e controlo de requisitos legais gerais
- Impactes ambientais e riscos de segurança
- Incompatibilidades
- Incompatibilidades
- Manutenção de infraestruturas
- Movimentação de navios no porto
- Património
- Pilotagem
- Planeamento e revisão do SI
- Plano de prevenção de riscos de compliance
- Processamento salarial
- Projeto e implementação de infraestruturas
- Publicidade
- Recursos humanos
- Requisitos legais e outros requisitos - ambiente e segurança
- Satisfação de clientes
- Seleção e recrutamento RH
- Suporte informático e de comunicação
- Tratamento de reclamações
- Tratamento de reclamações
- Trem naval

A descrição das medidas identificadas e do seu estado de implementação encontram-se no respectivo modelo de acompanhamento, consultável em <http://www.apsinesalgarve.pt/media/1585/mapa-de-acompanhamento-dgapl15001r0.pdf>.

B. Controlo interno e gestão de riscos**1. Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar os riscos relevantes pela empresa).**

A empresa possui diversos sistemas de controlo nos seus diversos domínios de atuação, os quais se encontram em linha com as melhores práticas de governação e com as recomendações internacionalmente reconhecidas. Estes sistemas estão enquadrados no Sistema Integrado de Gestão (<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/sistema-integrado-de-gest%C3%A3o/>), objeto de diversas certificações.

A APS, S.A. detém, desde 5 de dezembro de 2005, a certificação da qualidade em conformidade com os requisitos da norma ISO 9001, conferida pela Lloyd's Register Quality Assurance, no âmbito dos processos de realização "Movimentação de navios no porto, incluindo pilotagem" e "Gestão de contratos de concessão".

A partir de 13 de maio de 2008, a Lloyd's Register Quality Assurance também certificou os sistemas de gestão de ambiente, saúde e segurança da APS, segundo as normas internacionais ISO 14001 e OHSAS 18001, no âmbito de "Movimentação de navios no porto, pilotagem e gestão de contratos de concessão, enquanto autoridade portuária, nas áreas da sua exclusiva responsabilidade".

Em 2012, foi aprovado o alargamento do âmbito das certificações da qualidade, do ambiente e da saúde e segurança, em conformidade com as normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, com a inclusão da Gestão dos licenciamentos, do Porto de Recreio e Gestão da ZALSINES – Zona intraportuária, no âmbito dos processos de realização "Movimentação de navios no porto, incluindo pilotagem. Gestão de contratos de concessão e licenciamento. Gestão do Porto de Recreio. Gestão da ZALSINES – Zona intraportuária".

Desde 22 de julho de 2013, a APS, S.A. detém a certificação do seu Sistema de Gestão de Segurança de Informação, de acordo com a norma ISO/IEC 27001:2013. Também atribuída pela Lloyd's Register Quality Assurance, esta certificação tem como âmbito a "gestão da segurança da informação aplicada aos serviços prestados aos processos de navio e de comboio no Porto de Sines, bem como dos navios nos portos de Faro e de Portimão, suportados pela JUP - Janela Única Portuária no Porto de Sines".

Assim, a APS, S.A. tira partido de uma política integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, de forma a assegurar a plena satisfação dos seus clientes e partes interessadas e a afirmar uma posição de liderança e inovação no setor portuário

Para além disso, a APS dispõe de um Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance* que, na revisão realizada em 2011, passou a incluir todos os processos operacionais da empresa (<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/plano-de-preven%C3%A7%C3%A3o-de-riscos-de-compliance/>).

Uma referência ainda às concessões e licenciamentos em que todo o risco relativo a condições financeiras ou de mercado decorre por conta dos concessionários ou licenciados não assegurando a APS quaisquer níveis mínimos de volume de negócios ou de tráfego.

2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de gestão de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.

A auditoria interna é exercida no âmbito do Sistema Integrado de Gestão (<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/sistema-integrado-de-gest%C3%A3o/>), envolvendo todas as unidades da empresa e abrangendo todos os domínios da atividade da mesma.

Encontra-se criada uma bolsa de auditores internos com competências específicas nos diversos domínios da auditoria.

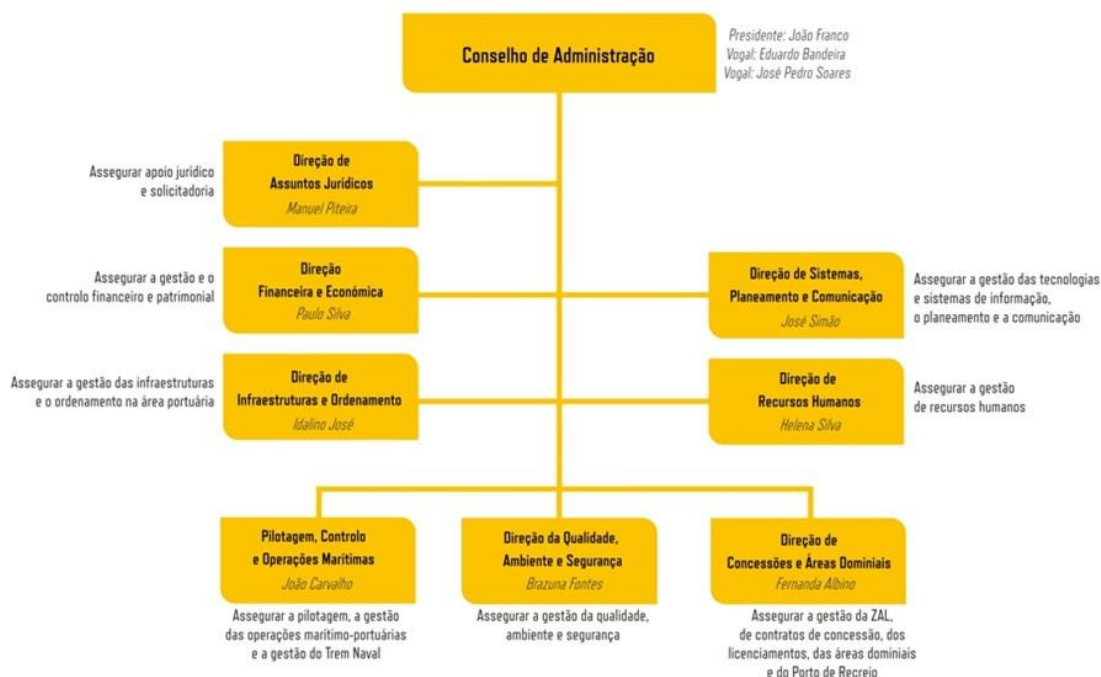
3. **Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da sociedade, este deve incluir a definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificar as principais medidas adotadas.**

O novo Plano Estratégico, a concluir durante o ano de 2015, deverá incorporar a definição da política de risco da sociedade.

Atualmente, a avaliação, tratamento e gestão do risco são efetuados de acordo com as Normas de Referência: ISO 9001 – "Sistemas de gestão da qualidade – Requisitos"; ISO 14001 – "Sistema de gestão ambiental – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização"; OHSAS 18001 – "Sistemas de gestão da segurança e saúde do trabalho – Especificações"; ISO/IEC 27001 – "Information technology – Security techniques – Information security management systems - Requirements", no âmbito do Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança, implementado e certificado.

4. **Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.**

As únicas relações de dependência hierárquica existentes na sociedade são as que constam do organograma seguinte:



5. **Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.**

As competências no controlo de riscos são exercidas no âmbito do Sistema Integrado de Gestão (<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/sistema-integrado-de-gest%C3%A3o/>). Todas as unidades da empresa (ver organograma do ponto anterior) têm competência na prevenção de riscos em função da sua relação com a natureza dos mesmos.

6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Os principais riscos identificados no exercício da atividade são:

- Em termos económicos e financeiros, uma elevada concentração dos níveis da atividade num pequeno número de agentes quer ao nível da movimentação de produtos energéticos (clientes ligados ao complexo portuário e industrial de Sines) quer ao nível da carga contentorizada (armadores). Com a integração dos portos do Algarve aumentou expressivamente o número de clientes do porto, mas face às características dos mesmos, em grande número ligados a pequenos licenciamentos de atividades ou prestações de serviços não portuários, o nível de concentração em função do volume de negócios afeto a cada cliente não sofreu alterações significativas.
- Em termos operacionais, e relativamente a Sines, os principais riscos são os inerentes à própria natureza dos produtos movimentados no domínio energético (petróleo e seus derivados, gás natural). Os concessionários do porto de Sines estão devidamente apetrechados para a operação e armazenamento destes produtos com a maior segurança e, em conjunto com a autoridade portuária, para a prevenção e minimização dos efeitos de eventuais incidentes ou acidentes, quer em termos da segurança de pessoas e bens quer em termos de proteção do meio ambiente;
- A responsabilidade civil dos riscos operacionais referidos encontra-se devidamente transferida (seguros) até aos montantes considerados adequados;
- Relativamente a riscos jurídicos podem referir-se os que são genéricos a qualquer atividade pelo incumprimento de leis e regulamentos, não havendo riscos específicos da atividade portuária desde que ficou concluída a concessão de todos os terminais.

7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.

O Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/sistema-integrado-de-gest%C3%A3o/>) define um conjunto de normas e procedimentos que genericamente abarcam estes processos nas várias áreas potenciais de risco da atividade da empresa.

O Plano de Prevenção de Riscos de Compliance (<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/plano-de-preven%C3%A7%C3%A3o-de-riscos-de-compliance/>) tem uma identificação concreta do processo, nomeadamente no ponto 2 da Secção 4, onde é identificado o modo como é efetuado o processo de identificação e avaliação deste tipo de riscos:

METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS

Identificação

Nesta fase, deve-se proceder ao reconhecimento dos eventos (factos, atividades, etc.) que configurem riscos de *compliance*.

Na identificação dos riscos, o Conselho de Administração e a Estrutura de Gestão

reconhecem que existe incerteza quanto à ocorrência ou não de um evento, quando ele ocorrerá ou quanto à precisão do impacto negativo da sua ocorrência.

Primeiramente, o Conselho de Administração e a Estrutura de Gestão identificam um conjunto de riscos potenciais, com origem em factos internos ou externos à organização.

O conjunto de riscos poderá ser dos mais óbvios aos menos evidentes e os efeitos do mais inconsequente ao mais significativo. A identificação feita independentemente da ocorrência ou da sua gravidade, permite evitar a rejeição de riscos relevantes.

Avaliação do risco

São vários os fatores que levam a que o desenvolvimento de um evento (facto, atividade,) tenha um maior ou menor risco.

Os fatores externos podem ser dos mais variados e dependem em grande parte da própria envolvente da organização.

Quanto aos fatores internos podemos, entre outros, considerar:

1. A competência da gestão, uma vez que uma menor competência da atividade de gestão envolve, necessariamente, um maior risco;
2. A integridade dos gestores e decisores, dado que, com um comprometimento ético e um comportamento rigoroso, haverá um menor risco;
3. A qualidade do sistema de controlo interno e a sua eficácia. Quanto menor a eficácia, maior o risco.

No âmbito concreto deste Plano, para classificar os riscos irão ser considerados critérios de probabilidade da ocorrência e de gravidade da consequência.

O nível de risco irá ser uma combinação da probabilidade da ocorrência com a gravidade da consequência, e da qual resultará a graduação do risco.

A cada risco identificado é atribuída uma graduação de acordo com a avaliação efetuada sobre a probabilidade de ocorrência e da gravidade da consequência.

O modelo de acompanhamento e prevenção destes riscos está descrito no Ponto V.A.3.

8. Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

Devendo a política de risco da sociedade vir a ser definida no âmbito do novo Plano Estratégico, incluindo nomeadamente a gestão do risco associado à informação financeira para a qual não existe atualmente um plano específico aprovado, a divulgação da informação financeira tem vindo a ser efetuada exclusivamente de acordo com as orientações do acionista Estado, nomeadamente no que respeita ao conteúdo dos vários documentos de *reporting* e à sua disponibilização no portal da empresa na internet, para além do cumprimento das obrigações decorrentes do Código das Sociedades Comerciais.

Outra informação pontual prestada para o exterior da empresa comporta apenas elementos anteriormente divulgados ao abrigo das obrigações legais ou das orientações do acionista, para além de ser obrigatoriamente canalizada pela área orgânica da empresa responsável pela

função de Comunicação ou pelo Diretor Financeiro e Económico no caso de informações solicitadas pelo sector bancário.

C. Regulamentos e Códigos

1. **Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação do sítio da empresa onde estes elementos se encontram disponíveis para consulta.**

a) Estatuto jurídico

A APS é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que se rege pelos seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei nº 337/98, de 3 de novembro, cuja versão em vigor se encontra publicada no seu portal da Internet (<http://www.apsinesalgarve.pt/aps/estatutos/>).

A empresa foi criada a partir da transformação em sociedade anónima do anterior instituto público (criado pelo DL 508/77, de 14 de dezembro) que, por sua vez, herdara competências do departamento portuário do Gabinete da Área de Sines, organismo criado em 1971 com o objectivo de promover o desenvolvimento urbano-industrial da respectiva zona. O Decreto-Lei nº 44/2014, de 20 de Março, redenomina a empresa para APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA e atribui-lhe a jurisdição dos portos comerciais de Faro e de Portimão no Algarve.

Para além da legislação aplicável às sociedades comerciais em geral, a APS, por ter natureza de empresa pública, está também sujeita à legislação específica aplicável ao Sector Empresarial do Estado, designadamente, o Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o regime jurídico deste sector.

b) Enquadramento em matéria de pessoal

O Estatuto do Pessoal das Administrações Portuárias, publicado em anexo ao Decreto-Lei nº 421/99, de 21 de outubro (EPAP), redefiniu o regime jurídico do pessoal que transitou das anteriores administrações e juntas autónomas, e dos trabalhadores provenientes do ex-Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP).

Manteve-se todavia do anterior estatuto o essencial da regulamentação relativa ao regime de trabalho, consagrando-se um normativo de transição para a adopção plena do regime do contrato individual de trabalho, sem prejuízo da situação jurídico-profissional de origem, designadamente, quanto à natureza do vínculo e ao regime de aposentação.

Assim, ao pessoal das administrações portuárias, é aplicável o EPAP e correspondente regulamentação constante da Portaria nº 1098/99, de 21 de dezembro, tendo como pano de fundo a legislação do contrato individual de trabalho, ressalvada, no caso dos trabalhadores que transitaram do instituto público, a remissão directa em alguns domínios específicos para o regime do contrato de trabalho em funções públicas.

No caso particular do pessoal técnico de pilotagem, oriundo do ex-INPP, foi publicada a Portaria nº 633/99, de 11 de Agosto, relativa ao desenvolvimento da respectiva carreira e a remunerações, determinando-se no seu preâmbulo, que é ainda aplicável, com as necessárias adaptações, o regime jurídico constante do Decreto-Lei nº 361/78, de 27 de novembro.

c) Outros normativos externos

No âmbito da atividade exercida destacam-se ainda:

- Regime da operação portuária – Decreto-Lei nº 298/93, de 28 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 324/94, pelo Decreto-Lei nº 65/95 e pela Lei nº 3/2013.
- Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente, anexo ao Decreto-Lei nº 273/2000, de 9 de novembro, que é aplicável na área de jurisdição das autoridades portuárias e regula o fornecimento de bens e a prestação dos serviços nele previstos, fixando as correspondentes taxas;
- Decreto-Lei nº 48/2002, de 2 de março, que aprova o Regulamento Geral do Serviço de Pilotagem;
- Decreto-Lei nº 46/2000, que atribui às autoridades portuárias a competência em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
- Decreto-Lei nº 226/2006, de 15 de novembro, que veio estabelecer as modalidades de cooperação entre entidades com competências no âmbito da segurança e proteção dos navios e das instalações portuárias, bem como enquadrar no ordenamento jurídico nacional disposições comunitárias sobre a matéria, tendo em vista a adopção, execução e cumprimento integrais do Código Internacional para a Protecção dos Navios e das Instalações Portuárias (Código ISPS);
- Decreto-Lei nº 61/2012, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2009/16/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, relativa à inspeção de navios pelo Estado do porto;
- Regulamentos comunitários e da Organização Marítima Internacional (IMO) sobre segurança e proteção portuária e da navegação;
- Regime da operação portuária – Decreto-Lei nº 298/93, de 28 de agosto;
- Estatuto do agente de navegação – Decreto-Lei n.º 264/2012, de 20 de dezembro;
- Regime das concessões portuárias de serviço público – DL 324/94, de 30 de dezembro.

d) Normativos Internos

No âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança a APS tem em vigor um conjunto de regulamentação interna, devidamente publicitado no seu portal da internet (<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/sistema-integrado-de-gest%C3%A3o/>) assim constituído:

PLANOS

Plano Portuário de Recepção e Gestão de Resíduos

REGULAMENTOS

Regulamento de Exploração do Porto de Sines

Regulamento da Praia Vasco da Gama

Regulamento de Ambiente e Segurança do Porto de Sines

Regulamento de Exploração do Porto de Pesca de Sines

Regulamento de Gestão de Resíduos e Utilidades (RGRU) do Porto de Sines

Regulamento de Operações do Terminal de Contentores

Regulamento de Exploração do Terminal Multipurpose

Regulamento de Exploração de Serviço Público de Reboque e Amarração

Regulamento de Exploração da ZAL Sines – Zona Intraportuária

Regulamento de Exploração do Porto de Recreio

NORMAS

Norma Apresentação e Tratamento de Reclamações no Porto de Sines

Norma Fornecimentos e Serviços Portuários

Norma Licenças e Concessões

Norma de Recepção de Navios e Movimentação de Cargas

PROGRAMAS DE GESTÃO

Programa de Gestão Ambiental

Programa de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho

CÓDIGO DE CONDUTA AMBIENTAL

Código de Conduta para a Praia Vasco da Gama

Código de Conduta Ambiental para o Porto de Recreio

CÓDIGOS DE BOAS PRÁTICAS (diversos)

Esta regulamentação interna está publicada no portal da internet para cada um dos portos sob gestão da empresa nos separadores “Autoridade Portuária” com as seguintes ligações:

<http://www.portodesines.pt/autoridade-portuária/regulamento-de-exploração-ambiente-e-segurança-e-normas/>

<http://www.portodesines.pt/autoridade-portuária/outros-regulamentos-planos-e-procedimentos/>

<http://www.portodefaro.pt/autoridade-portuária/regulamentos-planos-e-procedimentos/>

<http://www.portodeportimao.pt/autoridade-portuária/regulamentos-planos-e-procedimentos/>

2. **Referência à existência ou aderência de códigos de conduta e de um Código de Ética com a data da última atualização, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como indicação da forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa (artigo 47º do Decreto-Lei n.º 133/2013).**

A empresa possui um Código de Ética e de Conduta e um Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance* consultáveis, respetivamente, em www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/codigo-de-etica-e-de-conduta e www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/plano-de-prevencao-de-riscos-de-compliance.

No final de 2014, a última atualização do Código de Ética e de Conduta reportava a 1 de abril de 2013.

O documento foi objeto de ações de formação/divulgação a todos os colaboradores da empresa e à comunidade portuária aquando da sua implementação. As suas atualizações são disponibilizadas no portal internet da empresa através da ligação referida.

O portal internet da empresa é o veículo privilegiado para difusão de toda a informação relativa a titulares de interesses legítimos.

No que se refere a fornecedores, e dentro da obrigação de cumprimento da parte 2 do Código dos Contratos Públicos, a APS utiliza a plataforma de contratação pública da Gatewitt para a publicitação e tramitação dos procedimentos de contratação (www.compraspublicas.com).

3. **Referência à existência de Planos de Ação para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro). Indicação do local no sítio da empresa onde se encontra publicitado o respetivo relatório (vide artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).**

A empresa possui um Código de Ética e de Conduta e um Plano de Prevenção de Riscos de Compliance consultáveis, respetivamente, em www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/codigo-de-etica-e-de-conduta e www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/plano-de-prevencao-de-riscos-de-compliance.

Não foram registadas ocorrências deste tipo no ano de 2014. O Relatório de Acompanhamento do Plano de Prevenção de Riscos de Compliance relativo ao ano de 2014 encontra-se divulgado no portal da empresa (<http://www.apsinesalgarve.pt/media/1792/relatorio-de-acompanhamento-dqar15028-pp02-2014.pdf>). Este relatório é atualizado semestralmente e nele são identificadas eventuais ocorrências, ou riscos de ocorrências, que se registem.

D. Deveres especiais de informação

1. **Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013) a saber:**
 - a) **Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;**
 - Portal SIRIEF – responsabilidades contingentes;
 - b) **Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;**
 - Relatório de Gestão e Contas – Portal da empresa
(<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/relatorios-de-gestao-e-contas/>);
 - Portal SIRIEF.
 - c) **Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;**
 - Plano de Atividades e Orçamento – Portal da empresa
(<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/planos-de-atividades-e-orcamento/>);

- Portal SIRIEF.

d) Orçamento anual e plurianual;

- Plano de Atividades e Orçamento – Portal da empresa
(<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/planos-de-atividades-e-orcamento/>);
- Portal SIRIEF.

e) Documentos anuais de prestação de contas;

- Relatório de Gestão e Contas – Portal da empresa (
(<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/relatorios-de-gestao-e-contas/>));
- Portal SIRIEF

f) Documentos trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

- Portal SIRIEF
- Em 2014 a empresa não divulgava no seu portal os relatórios trimestrais de execução orçamental, e os respetivos pareceres do órgão de fiscalização, situação que será ultrapassada em 2015, coincidindo com a reformulação do portal da empresa e a revisão do Plano de Atividades e Orçamento que incluirá os portos do Algarve.

2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).

- Portal da empresa (<http://www.apsinesalgarve.pt/>)- separador Governo da sociedade)

E. Sítio da Internet

1. Indicação do(s) endereço(s) utilizados na divulgação dos seguintes elementos sobre a empresa (vide artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 133/2013):

a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do CSC;

Firma: APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.

Tipo: Sociedade Anónima

Sede: Rua do Porto Industrial, 7520-203 Sines

Conservatória do registo comercial: Sines

Número de matrícula: 501208950

Número de identificação de pessoa coletiva: 501208950

Capital Social: 80.000.000 €

<http://www.apsinesalgarve.pt/aps/identificacao-da-empresa/>

b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;

www.apsinesalgarve.pt/aps/estatutos e www.apsinesalgarve.pt/aps/legislacao
<http://www.dgtf.pt/sector-empresarial-do-estado-see/informacao-sobre-as-empresas/entity/aps-administracao-do-porto-de-sines-e-do-algarve-sa>

c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;

www.apsinesalgarve.pt/aps/orgaos-sociais e
www.apsinesalgarve.pt/media/1596/relatorio-do-governo-societario-2013.pdf
<http://www.dgtf.pt/sector-empresarial-do-estado-see/informacao-sobre-as-empresas/entity/aps-administracao-do-porto-de-sines-e-do-algarve-sa>

d) Documentos de prestação de contas anuais⁵ e caso aplicável, as semestrais;

www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/relatorios-de-gestao-e-contas
<http://www.dgtf.pt/sector-empresarial-do-estado-see/informacao-sobre-as-empresas/entity/aps-administracao-do-porto-de-sines-e-do-algarve-sa>

⁵ Que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos

e) Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;

<http://www.dgtf.pt/sector-empresarial-do-estado-see/informacao-sobre-as-empresas/entity/aps-administracao-do-porto-de-sines-e-do-algarve-sa>

f) Modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.

www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/relatorios-de-gestao-e-contas
www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/planos-de-atividades-e-orcamento/
<http://www.apsinesalgarve.pt/portos/investimentos/>
<http://www.dgtf.pt/sector-empresarial-do-estado-see/informacao-sobre-as-empresas/entity/aps-administracao-do-porto-de-sines-e-do-algarve-sa>

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral (se aplicável)

1. **Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade (vide n.º 3 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).**

De acordo com o Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de novembro, que criou a APS, SA, são atribuições desta administração portuária a gestão e exploração do domínio público do Estado dentro da área de jurisdição do porto de Sines e, consequentemente, o exercício dessas atribuições funda-se naquele diploma legal a título originário e não como concessionária. O Decreto-Lei n.º 44/2014, de 20 de Março, alarga essas atribuições aos portos comerciais do Algarve mas mantém o seu fundamento.

2. **Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade (vide n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013), das quais deverão constar os seguintes elementos:**

Face ao referido no ponto anterior, considera-se não aplicável em nenhuma das alíneas subsequentes:

- a) **Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis;**
- b) **Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento;**
- c) **Critérios de avaliação e revisão contratuais;**
- d) **Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes;**
- e) **Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício;**
- f) **Metodologias adotadas em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes.**

VI. REMUNERAÇÕES

A. Competência para a Determinação

1. **Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.**

| | |
|---|---|
| Remuneração dos membros dos órgãos sociais | Assembleia Geral |
| Remuneração dos membros da Comissão executiva | Não aplicável |
| Remuneração das carreiras de chefia | Artigo 33.º do EPAP – Estatuto do Pessoal das Administrações Portuárias |

Nota: este mapa deverá ser completado e adaptado ao modelo de governo em vigor na sociedade.

2. **Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).**

As normas internas aprovadas definem que algumas tipologias de despesas, pela sua natureza são de aprovação reservada pelo Conselho de Administração, nomeadamente realização de estudos, deslocações ao estrangeiro, atribuição de donativos ou assinatura de publicações. Para além disso, a realização de despesas por parte de um membro do Conselho de Administração é sempre objeto de autorização por parte de um outro membro.

3. **Apresentação de declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.**

No anexo 3 a este documento são apresentadas as mencionadas declarações. Com a aprovação do presente documento, consideram-se assim apresentadas as mesmas aos órgãos de administração e de fiscalização.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio.

Não se encontra atualmente nomeada uma Comissão de Fixação de Remunerações.

C. Estrutura das Remunerações

1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.

Deliberada pela Assembleia Geral tendo presente a legislação aplicável, nomeadamente a classificação da empresa (Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, e o Estatuto do Gestor Público (DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro)

2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade.

Através de Declaração Unânime por Escrito de 24 de Junho de 2013 foi determinado o seguinte:

“Ao abrigo do Estatuto do Gestor Público, aprovado através do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto de retificação pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, fixa-se o seguinte estatuto remuneratório para os membros do Conselho de Administração:

Presidente: Valor mensal líquido: 4.864,34€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para as despesas de representação, no montante de 1.945,74€, pago 12 vezes por ano;

Vogal executivo: Valor mensal líquido: 3.891,47€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.556,59€, pago 12 vezes por ano.

A estes valores líquidos serão aplicadas as reduções previstas no artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;

Os membros executivos do Conselho de Administração auferem ainda as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- b) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público;
- c) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00€, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

Não é permitida:

- a) A atribuição de subsídio de refeição de valor superior ao fixado na Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de

dezembro, conforme o previsto no n.º 1 do artigo 39.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;

- b) A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; e
- c) O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º de Estatuto do Gestor Público.

De acordo com o disposto no artigo 4.º de Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e no n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, não há lugar à atribuição de prémios de gestão, conforme o disposto no artigo 37.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Aplica-se a todas estas remunerações outras reduções que vierem eventualmente a ser legalmente determinadas.”

- 3. **Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.**

Durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, não há lugar à atribuição de prémios de gestão, de acordo com o disposto no artigo 41º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro.

- 4. **Explicitação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.**

Não aplicável.

- 5. **Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio.**

Não aplicável.

- 6. **Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.**

Durante o exercício de 2014 não existiram quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

D. Divulgação das Remunerações

- 1. **Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.**

| NOME | REMUNERAÇÃO ANUAL (€) - ANO 2014 | | | | | | |
|--|----------------------------------|---------------------|-------|--------------------------|---------------------|------------------------------------|---------------------------|
| | VARIÁVEL | FIXA ^(*) | OUTRA | REDUÇÃO LEI 12-A/2010 | REDUÇÃO (LEI OE) | REDUÇÃO ANOS ANTERIORES (**) | BRUTA APÓS REDUÇÕES |
| João Paulo Farinha Franco (2013-06-25/2015) | 0,00 | 91.449,64 | 0,00 | -4.572,58 | -4.112,80 | 0,00 | 82.764,26 |
| Eduardo Carvalho Bandeira (2013-06-25/2015) | 0,00 | 73.159,66 | 0,00 | -3.657,89 | -3.290,20 | 0,00 | 66.211,57 |
| José Pedro Soares (2013-06-25/2015) | 0,00 | 73.159,66 | 0,00 | -3.657,89 | -3.290,20 | 0,00 | 66.211,57 |

(*) Inclui a remuneração + despesas de representação (**) Redução de anos anteriores: referente a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

| NOME | SUB. REFEIÇÃO | BENEFÍCIOS SOCIAIS (€) – ANO 2014 | | | | | |
|--|------------------|-----------------------------------|-----------|--------------------|-------------------|------------------------------------|--|
| | | REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL | | SEGURO DE SAÚDE | SEGURO DE VIDA | SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS | SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO |
| | | IDENTIFICAR | VALOR | | | | |
| João Paulo Farinha Franco (2013-06-25/2015) | 990,64 | Segurança Social | 19.656,49 | 331,99 | Não existente | 28,16 | Não existente |
| Eduardo Carvalho Bandeira (2013-06-25/2015) | 1.010,68 | CGA | 15.725,24 | 331,99 | Não existente | 28,16 | Não existente |
| José Pedro Soares (2013-06-25/2015) | 1.003,45 | Segurança Social | 15.725,24 | 331,99 | Não existente | 28,16 | Não existente |

| NOME | BENEFÍCIOS SOCIAIS – OUTROS (€) – ANO 2014 | | | | | | | | | | | |
|--|--|----------|--|-----------|--|--------|-------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|
| | IDENTIFICAR | VALOR | IDENTIFICAR | VALOR | IDENTIFICAR | VALOR | IDENTIFICAR | VALOR | IDENTIFICAR | VALOR | IDENTIFICAR | VALOR |
| João Paulo Farinha Franco (2013-06-25/2015) | Auxílio para Estudos | 486,21 | Custos Diretos com Formação Profissional | 30,00 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Eduardo Carvalho Bandeira (2013-06-25/2015) | Auxílio para Estudos | 1.323,59 | Medicina no Trabalho | 47,55 | Custos Diretos com Formação Profissional | 420,00 | - | - | - | - | - | - |
| José Pedro Soares (2013-06-25/2015) | Auxílio na Infância | 513,24 | Custos Diretos com Formação Profissional | 11.250,00 | - | - | - | - | - | - | - | - |

2. **Indicação dos montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.**

Nada a assinalar.

3. **Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.**

Nada a assinalar.

4. **Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.**

Nada a assinalar.

5. **Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.**

Conselho Fiscal

| NOME | REMUNERAÇÃO ANUAL (€) - ANO 2014 | | |
|---------------------------------------|----------------------------------|------------------|---------------------|
| | BRUTA | REDUÇÃO (LEI OE) | BRUTA APÓS REDUÇÕES |
| Ana Paula Azurara (2013-07-02/2015) | 15.874,08 | -785,15 | 15.088,93 |
| Maria Teresa Morais (2013-07-02/2015) | 11.905,55 | -588,85 | 11.316,70 |
| Dino Santos (2013-07-02/2015) | 11.905,55 | -588,85 | 11.316,70 |
| Lúisa Maria Roque (2013-07-02/2015) | 0 | 0 | 0 |

Revisor Oficial de Contas

| NOME | REMUNERAÇÃO ANUAL | | |
|---|-------------------|-------------------|---------------------|
| | BRUTA | REDUÇÕES (LEI OE) | BRUTA APÓS REDUÇÕES |
| | (€) | (€) | (€) |
| PricewaterhouseCoopers & Associados – revisão de contas | 20.700,00 | 2.070,00 | 18.630,00 |
| PricewaterhouseCoopers & Associados – outros serviços que não revisão de contas | 8.228,75 | - | 8.228,75 |
| PricewaterhouseCoopers & Associados – total | 28.928,75 | 2.070,00 | 26.858,75 |

6. **Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.**

| MANDATO (INÍCIO – FIM) | CARGO | NOME | ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO (€) ⁽¹⁾ | REMUNERAÇÃO ANUAL (€) (ANO 2014) | | |
|---------------------------|------------|------------------------------|--|----------------------------------|----------------------|---------------------------------------|
| | | | | BRUTA ⁽²⁾ | REDUÇÕES (LEI OE) | BRUTA APÓS REDUÇÕES (3)=(1)-(2) |
| 2013-07-02/2015 | Presidente | António Maldonado Gonelha | 575,00 | 0,00 | n.a. | 0,00 |
| 2013-07-02/2015 | Secretária | Sara Alexandra Ambrósio | 375,00 | 375,00 | n.a. | 375,00 |

VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

1. **Apresentação de mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.**

A empresa possui um Código de Ética e de Conduta e um Plano de Prevenção de Riscos de Compliance consultáveis, respetivamente, em www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/codigo-de-etica-e-de-conduta e www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/plano-de-prevencao-de-riscos-de-compliance.

Neste domínio deverá, ainda, referir-se que as únicas transações com entidades relacionadas são as que, por obrigação legal, correspondem ao pagamento às entidades coordenadoras ou reguladoras do setor marítimo portuário, nomeadamente:

Taxa do IMT

A taxa é suportada na alínea f) do n.º 2 do artigo 11º do Decreto-Lei 236/2012 de 31 de Outubro. O valor da taxa é fixado anualmente por despacho dos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes, podendo atingir 2% do valor calculado sobre os proveitos registados na conta 72 “Prestação de Serviços”, excluindo o serviço de pilotagem.

Para 2014 embora sem despacho que o suporte, continuou-se a registar esta taxa de 2%, num montante de 699.280,94€, sujeita a eventual correção posterior e aguardando o momento em que terá de se proceder ao seu pagamento.

Taxa da DGRM

A taxa é suportada pela portaria 184/2013 que a fixa em 3% calculado sobre os proveitos registados na conta 72 “Prestação de Serviços”, excluindo o serviço de pilotagem. No ano de 2014 foi registado contabilisticamente o valor de 1.048.921,37€.

Tendo em conta a natureza destas transações não se revelou necessária a implementação de quaisquer mecanismos diferenciados para o seu controlo, para além dos normais procedimentos inerentes à autorização da despesa e do seu pagamento.

2. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;

A APS é uma sociedade que atua exclusivamente no âmbito dos setores especiais (portos) pelo que, nos termos do art. 7º do Código dos Contratos Públicos (CCP), apenas está sujeita aos procedimentos nele previstos para contratos de valor superior aos limiares previstos em termos comunitários. Não obstante, dispõe de procedimento interno específico, aprovado no âmbito do seu Plano de Qualidade, Ambiente e Segurança que, abaixo desses limiares, assegura a transparência, não discriminação e concorrencialidade dos procedimentos de adjudicação. Este procedimento foi elaborado para cumprimento do CCP, aprovado pelo DL nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que transpôs, designadamente, a Diretiva 2004/17/CE, aplicável aos setores especiais.

As adjudicações são publicadas no portal dos contratos públicos, nos termos do CCP. No ano 2014 foram criados onze procedimentos na plataforma de contratação pública da GATEWIT. Desses procedimentos, nove diziam respeito a concursos públicos, um concurso limitado por prévia qualificação e finalmente um ajuste direto com consulta.

Dos concursos públicos apenas seis foram adjudicados ainda em 2014, o mesmo tendo acontecido com o procedimento por ajuste direto. Já o concurso limitado por prévia qualificação foi adjudicado apenas em 2015.

Relativamente ao lançamento de procedimentos na Plataforma da ESPAP informa-se que em 2014 foi criado e adjudicado um procedimento agregado de fornecimento de eletricidade ao abrigo do AQ-ENE 2111.

b) Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;

Nada a registar.

c) Lista de fornecedores que representaram mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros)

| ENTIDADE | VALOR (€) |
|--|---------------|
| • Iberdrola Generacion, SAL (ESA 95075586) | 1.699.631,40€ |

VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL

Caraterização dos elementos seguidamente explicitados, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação:

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.

Não se encontram ainda definidos os objetivos de gestão previstos no artigo 38º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro. Assim, a avaliação do cumprimento dos objetivos de gestão efetuada no quadro seguinte considera apenas as metas previstas no Plano de Atividades e Orçamento para 2014 aprovado pelo acionista, o qual não considerava a integração dos portos do Algarve.

| OBJETIVO | META 2014 | RESULTADO 2014 | GRAU DE CUMPRIMENTO (%) |
|---|-----------|----------------|-------------------------|
| Volume de negócios (m€) | 39.490 | 40.848 | 103,4 |
| Margem do EBITDA (ajustado da imputação de subsídios e do reconhecimento de rendimentos relativos aos bens reversíveis das concessionárias) (%) | 55,3 | 54,8% | 99,1 |
| Resultados Líquidos (m€) | 12.650 | 13.316 | 105,3 |
| ROACE (%) | 5,4 | 5,5% | 101,7 |
| Movimento de mercadorias (mT) | 38.432 | 37.950 | 98,7 |
| PMP (nº de dias) | 30 | 20 | 150,0 |
| Cumprimento do plano de investimentos (m€) | 14.900 | 1.850 | 12,4 |
| Eficiência (Custos Operacionais / EBITDA ajustado) | 0,8 | 0,8 | 104,6 |
| Autonomia Financeira (%) | 67,8 | 70,8 | 104,4 |

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.

A APS vem apresentando desde 2005, de forma sustentada, resultados líquidos positivos. Em 2014 o resultado líquido ascendeu a 13,3 milhões de euros e o cash-flow operacional (EBITDA), ajustado pela dedução da imputação da amortização de subsídios, a 22,4 milhões. Além disso, por via dos impostos sobre o rendimento e dos dividendos pagos, tendo estes totalizado 3,5 milhões de euros em 2013, a empresa assume-se como um contribuinte líquido para o acionista Estado

português. Adicionalmente, será de referir que no final de 2013 o passivo bancário da APS continuava a ser nulo.

Relativamente às políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência social, as mesmas continuam a aplicar-se em vários domínios. Internamente será de referir:

- No sentido de beneficiar socialmente os seus trabalhadores e trabalhadoras, a APS possui um serviço de Medicina Social, para além da regulamentar Medicina no Trabalho, um seguro de saúde para os/as subscritores/as do Regime Geral de Segurança Social e um regulamento de obras sociais que, em matéria médica, medicamentosa e hospitalar, complementa o sistema de saúde dos/as subscritores/as da Caixa Geral de Aposentações e, portanto, beneficiários/as da ADSE.
- A APS possui serviços de Segurança e Medicina no Trabalho e de enfermagem próprios que desenvolvem as atividades previstas na legislação geral, promovendo a elaboração de normas internas para a melhoria das condições de segurança e saúde na sua área de jurisdição, impondo o seu cumprimento por parte de todas as entidades que nela desenvolvem as suas atividades, empreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e outras.
- As obras sociais preveem ainda diversos apoios em matéria de prestações sociais, como sejam fundo de auxílio, auxílio para estudos, auxílio na infância e transporte, abrangendo todas as trabalhadoras e trabalhadores.
- Transporte entre a empresa e os principais pólos populacionais da região para o pessoal administrativo e para o pessoal em regime de turno, inserindo-se entre outras medidas de incentivo ao conciliar da via profissional e familiar;
- O apoio ao Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores do Porto de Sines é igualmente um meio de desenvolvimento social, cultural e desportivo dos/as seus/suas colaboradores/as;

Noutra vertente será de mencionar o acolhimento de estágios curriculares e profissionais e, no relacionamento com a região onde se insere, o apoio, sobre a forma de mecenato, a organizações sem fins lucrativos com destaque para o apoio às Associações de Bombeiros de toda a região e a eventos culturais e desportivos.

Durante o ano de 2014, o Porto de Sines continuou a estar aberto a iniciativas que envolvam a população mais jovem (escolas de vários níveis de educação), ciente de que é da maior importância que os mais jovens tenham conhecimento da infraestrutura portuária de Sines e do papel determinante que esta desempenha na região onde se insere e no país.

Por outro lado, com a aplicação da Política da Qualidade, Ambiente e Segurança da APS visa-se a satisfação das necessidades e expectativas dos clientes, colaboradores/as, acionistas, fornecedores e sociedade envolvente, através da prestação de serviços de elevada qualidade, da inovação, do desenvolvimento sustentável da atividade, promovendo a segurança e saúde de todos/as os/as colaboradores/as envolvidos/as nas suas atividades e seguindo os princípios da melhoria contínua.

Esta política concretiza-se no Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Segurança de Informação e tem como princípios:

- Melhorar a qualidade e eficácia dos serviços prestados;

- Assegurar que os colaboradores próprios e subcontratados têm formação adequada, promovendo a sensibilização para a melhoria contínua dos serviços prestados, bem como para as questões ambientais e segurança e saúde no trabalho;
- Estabelecer relações, com os seus fornecedores, numa ótica de benefício mútuo, privilegiando os que melhor atendam aos requisitos estabelecidos;
- Melhorar os resultados económicos e cumprir o plano de atividades aprovado;
- Cumprir e fazer cumprir os requisitos legais, regulamentares e normativos aplicáveis aos serviços prestados, aspetos ambientais e à segurança e saúde;
- Prevenir, controlar e minimizar a poluição, designadamente os resíduos gerados pelas suas atividades, promovendo o recurso ao investimento em novas tecnologias e processos menos poluentes;
- Identificar e prevenir os riscos inerentes à sua atividade, promovendo a implementação de ações com vista ao controlo e à minimização desses riscos;
- Promover a identificação e minimização dos aspetos ambientais significativos e dos riscos existentes incentivando a implementação de ações corretivas e preventivas adequadas pelas entidades por si licenciadas e concessionadas;
- Assegurar que na conceção de novas instalações e procedimentos de trabalho sejam tidos em conta fatores de saúde e segurança no trabalho e ambiente;
- Desenvolver ações que permitam garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação em suporte eletrónico, bem como o seu cumprimento por todos os utilizadores;
- Promover uma atuação pró-ativa de incremento dos níveis de segurança física e lógica dos sistemas, nomeadamente na implementação de novas infra-estruturas tecnológicas e desenvolvimento de sistemas de informação.

Desde 22 de julho de 2013, reforçando o seu compromisso de focalização no cliente e na sustentabilidade da sua atividade, a APS detém igualmente a certificação do seu Sistema de Gestão de Segurança de Informação de acordo com a norma ISO/IEC 27001:2005. Também atribuída pela Lloyd's Register Quality Assurance, esta certificação tem como âmbito a "gestão da segurança da informação nos serviços de governação da JUP - Janela Única Portuária no Porto de Sines, para o suporte aos despachos associados às escalas de navios e às mercadorias carregadas e descarregadas", conforme Certificado de Aprovação N.º LIS6017860.

No ano de 2014 destaca-se a realização com sucesso de auditorias pela Lloyd's Register Quality Assurance para renovação da certificação dos sistemas da qualidade (ISO9001:2008), de ambiente (ISO14001:2004), de segurança e saúde no trabalho (OHSAS18001:2007) e de segurança da informação (ISO/IEC 27001:2005).

A APS promove ainda políticas ativas de melhoria dos seus processos, no sentido de os adequar permanentemente às necessidades dos seus clientes, através, entre outros, do tratamento expedito e transparente das reclamações recebidas e dos inquéritos à satisfação de todas as partes interessadas.

3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 133/2013);

A APS adota uma política de transparência, livre de práticas discriminatórias, dispondo de um Código de Ética e de Conduta, formulado com base na Norma NP 4460, onde constam como princípios gerais de atuação, a justiça e imparcialidade, os direitos humanos e igualdade, a boa governança, a responsabilidade social, a segurança e saúde dos seus trabalhadores e trabalhadoras, a sua valorização profissional e o desenvolvimento sustentável.

Para o alcance deste princípio muito tem contribuído a certificação do Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança assente numa lógica de melhoria contínua, bem como a existência do Código de Ética e de Conduta, formulado com base na Norma NP 4460, pretendendo-se igualmente que com a figura do Provedor do Cliente do Porto de Sines, seja reforçada a defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos dos clientes do porto de Sines. Está prevista a criação da figura de provedor dos portos do Algarve.

b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 133/2013);

Durante o ano de 2014 a APS manteve a certificação ambiental, de acordo com a norma ISO 14001:2004, estando por isso obrigada a adotar, assegurar e manter políticas de redução do impacto da sua atividade no ambiente.

A estratégia ambiental do porto assenta em duas vertentes. Na vertente reativa, através do adequado planeamento e apetrechamento para o combate à poluição e como medida de resposta a situações de emergência e, na vertente preventiva, na aplicação de medidas que minimizem as emissões para o ar, água e solo e no controlo e na monitorização ambiental. Neste controlo e monitorização são envolvidas, entre outras, entidades ligadas à investigação e ao ensino e abrangidas áreas como os ambientes marinhos, o ar, a água balnear e o solo.

Encontram-se também definidas e implementadas na organização medidas relacionadas com a recolha seletiva de resíduos, com os requisitos e critérios ambientais enquadrados na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas.

De referir ainda que, em 2014, a APS decidiu mais uma vez candidatar a Praia Vasco da Gama e o Porto de Recreio ao Programa Bandeira Azul, tendo estes recebido o referido galardão de qualidade conforme vem acontecendo nos últimos anos.

A Praia Vasco da Gama voltou a ser distinguida com a “Qualidade de Ouro” pela Quercus, a qual é baseada apenas na avaliação da qualidade da água da praia e tem como objetivo premiar as praias que ao longo de cinco anos apresentam sistematicamente boa qualidade ou qualidade excelente, oferecendo uma maior fiabilidade no que respeita à qualidade da água.

Obteve ainda, como já vem sendo usual, a distinção de “Praia Acessível Para Todos”, por esta praia reunir um conjunto de condições que a tornam acessível às pessoas com mobilidade condicionada.

c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 133/2013);

Em fevereiro de 2013 e março de 2014 foi assinado com a Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), o Acordo de Adesão ao “Fórum Empresas para a Igualdade de Género – APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., implicando esta adesão a definição de compromissos de melhoria em matéria de igualdade de género.

d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro.

Na sequência do acordo de adesão referido no ponto anterior, concretizou-se a adoção do Plano para a Igualdade de Género 2013/2015, tendo o ano de 2014 sido publicada internamente a revisão do Plano para a igualdade de Género 2014/2014, por adequação ao Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e à Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro.

e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 133/2013);

As políticas de recursos humanos da empresa encontram-se orientadas para a valorização profissional e fortalecimento da motivação dos trabalhadores e trabalhadoras, destacando-se o investimento que tem sido efetuado ao nível da valorização do capital humano, designadamente no âmbito da educação e da formação, tendo em vista o desenvolvimento de qualificações e de competências técnicas e comportamentais, adequadas quer às necessidades de curto prazo, quer à garantia da empregabilidade e estabilidade no emprego no longo prazo, dispondo a empresa de diferentes formas de apoio aos trabalhadores e trabalhadoras estudantes que pretendam elevar as suas qualificações académicas, e um plano de formação facilitador e encorajador da participação em formação e eventos de diferentes especialidades.

A empresa aposta em vínculos definitivos, através da celebração de contrato de trabalho sem termo, e tem em curso a adequação do atual sistema de avaliação do desempenho, no sentido de potenciar a eficiência e a produtividade, e de motivar as pessoas para a inovação, tendo práticas de introdução de novas tecnologias e sistemas de informação e de comunicação.

Outra forma de estimular o aumento da produtividade tem vindo a ser através da implementação de medidas de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, das quais destacamos a possibilidade dos trabalhadores e trabalhadoras poderem solicitar o ajustamento do seu horário de trabalho por motivos relacionados com a conciliação da atividade profissional com a vida familiar e com a frequência de cursos de formação que potenciem a aquisição de novas competências relacionadas com a área de negócio da APS, destacando-se ainda a participação da empresa em campanhas promovidas pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) enquadradas nesta temática.

Acresce ainda a preocupação constante da empresa na integração social das práticas de gestão de recursos humanos relativas aos trabalhadores e trabalhadoras, e na abertura permanente ao diálogo com os sindicatos, na senda da melhoria das condições de trabalho, através de uma comunicação top-down-top promovida e garantida pelo Sistema de Gestão Integrado, permitindo que os trabalhadores e trabalhadoras possam acionar mecanismos de transmissão de recomendações ao Conselho de Administração, sendo este sistema um meio privilegiado de comunicação vertical facilitador da melhoria contínua da atividade e ação da empresa e da participação de todos.

Outra das formas de promover a melhoria das condições de trabalho é através da designação de duas técnicas superiores de segurança e saúde no trabalho, que procedem às sextas-feiras, em conjunto com o médico do trabalho e com elementos da Comissão paritária de Segurança e Saúde no Trabalho, a visitas a todos os postos de trabalho, de acordo com uma calendarização prevista, por forma a monitorizar a segurança e saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa e a sugerir a implementação de eventuais correções que se verifiquem necessárias.

- f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente, pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).**

No ponto 7 do Relatório de Gestão e Contas são apresentados os principais projetos de desenvolvimento em curso no Porto de Sines e nos portos do Algarve.

Como vem sendo habitual nos últimos anos, nestes têm especial destaque os projetos ligados às tecnologias de informação e comunicação e aos procedimentos eletrónicos integradores do despacho de navios e mercadorias e relativos à segurança e supervisão portuária. Estes são fatores essenciais para a competitividade do Porto de Sines.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2015 tem em conta as orientações do acionista em termos de criação de valor e racionalização de custos. Deve, no entanto, salientar-se que o ano de 2015 corresponde ao primeiro exercício completo abrangendo a gestão dos portos do Algarve. Tendo estes portos uma exploração deficitária, o desafio passa essencialmente por diminuir esse défice de exploração e minimizar os seus efeitos sobre os resultados económicos da empresa.

No quadro seguinte resumem-se os principais indicadores previsionais da atividade da empresa:

| INDICADOR | APROVADO PELO CA 2014 | ORÇAMENTO 2015 | VAR% 2015/2014 |
|--------------------------------------|-----------------------|----------------|----------------|
| Movimento de Mercadorias (mil.tons.) | 37.950 | 41.961 | 10,57% |
| Volume de Negócios (mil.euros) | 40.848 | 42.320 | 3,60% |
| EBITDA ajustado | 22.393 | 21.777 | -2,75% |
| Resultados Líquidos (mil.euros) | 13.316 | 11.800 | -11,39% |
| ROACE (%) | 5,46% | 4,67% | -14,40% |
| Autonomia Financeira | 70,79% | 71,97% | 1,66% |
| Prazo Médio de Pagamentos (dias) | 20 | 17 | -15,00% |

IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

- Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário (vide artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação deverá incluir:**

- a) **Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvidamente tratada (capítulo, título, ponto, página).**

Ver Anexo 1.

- b) **Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.**

Nada a assinalar.

2. **Outras informações: a sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.**

Nada a assinalar.

Sines, 17 de julho de 2015

O Conselho de Administração,

João Paulo Farinha Franco

Presidente

Eduardo Carvalho Ramos Bandeira

Vogal

José Pedro da Silva Soares

Vogal

Anexo 1:

Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário

| | Relatório de Governo Societário | Identificação | | Divulgação | | Página | Observações |
|------------|--|---------------|-----|------------|-----|--------|-------------|
| | | SIM | NÃO | SIM | NÃO | | |
| I | Missão, Objetivos e Políticas | | | | | | |
| 1. | Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa. | x | | x | | 3 | |
| 2. | Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida | x | | x | | 4 | |
| 3. | Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa. | x | | x | | 5 | |
| 4. | Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais | x | | x | | 6 | |
| II | Estrutura de Capital | | | | | | |
| 1. | Divulgação da estrutura de capital | x | | x | | 7 | |
| 2. | Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações. | x | | x | | 7 | |
| 3. | Informação sobre acordos parassociais. | x | | x | | 7 | |
| III | Participações Sociais e Obrigações detidas | | | | | | |
| 1. | Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos. | x | | x | | 7 | |
| 2. | A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional. | x | | x | | 8 | |
| 3. | Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização. | x | | x | | 9 | |
| 4. | Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade. | x | | x | | 9 | |
| IV | Órgãos Sociais e Comissões | | | | | | |
| A. | Mesa da Assembleia Geral | | | | | | |
| 1. | Composição da mesa AG, mandato e remuneração. | x | | x | | 9 | |
| 2. | Identificação das deliberações acionistas. | x | | x | | 10 | |
| B. | Administração e Supervisão | | | | | | |
| 1. | Modelo de governo adotado | x | | x | | 10 | |
| 2. | Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros. | x | | x | | 10 | |

| | Relatório de Governo Societário | Identificação | | Divulgação | | Página | Observações |
|-----------|---|---------------|-----|------------|-----|--------|-------------|
| | | SIM | NÃO | SIM | NÃO | | |
| 3. | Composição, duração do mandato, número de membros efetivos. | x | | x | | 10 | |
| 4. | Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS. | x | | x | | 11 | |
| 5. | Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros. | x | | x | | 11 | |
| 6. | Apresentação de declaração de cada um dos membros do órgão de administração de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa | | | | | 16 | |
| 7. | Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto. | x | | x | | 16 | |
| 8. | Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais. | x | | x | | 16 | |
| 9. | Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. | x | | x | | 18 | |
| C. | Fiscalização | | | | | | |
| 1. | Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes. | x | | x | | 19 | |
| 2. | Identificação dos membros do órgão de fiscalização | x | | x | | 19 | |
| 3. | Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros. | x | | x | | 19 | |
| 4. | Funcionamento do órgão de fiscalização. | x | | x | | 24 | |
| D. | Revisor Oficial de Contas | | | | | | |
| 1. | Identificação do ROC, SROC. | x | | x | | 25 | |
| 2. | Indicação das limitações, legais. | x | | x | | 25 | |
| 3. | Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo. | x | | x | | 25 | |
| 4. | Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade. | x | | x | | 26 | |
| E. | Auditor Externo | | | | | | |
| 1. | Identificação. | x | | x | | 26 | |
| 2. | Política e periodicidade da rotação. | x | | x | | 26 | |
| 3. | Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados. | x | | x | | 27 | |

| | Relatório de Governo Societário | Identificação | | Divulgação | | Página | Observações |
|-----------|--|---------------|-----|------------|-----|--------|-------------|
| | | SIM | NÃO | SIM | NÃO | | |
| 4. | Indicação do montante da remuneração anual paga. | x | | x | | 27 | |
| V. | Organização Interna | | | | | | |
| A. | Estatutos e Comunicações | | | | | | |
| 1. | Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis | x | | x | | 27 | |
| 2. | Comunicação de irregularidades. | x | | x | | 27 | |
| 3. | Indicação das políticas antifraude. | x | | x | | 27 | |
| B. | Controlo interno e gestão de riscos | | | | | | |
| 1. | Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI). | x | | x | | 29 | |
| 2. | Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI. | x | | x | | 29 | |
| 3. | Principais medidas adotadas na política de risco. | x | | x | | 30 | |
| 4. | Relações de dependência hierárquica e/ou funcional. | x | | x | | 30 | |
| 5. | Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos. | x | | x | | 30 | |
| 6. | Identificação principais tipos de riscos. | x | | x | | 31 | |
| 7. | Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos. | x | | x | | 31 | |
| 8. | Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade. | x | | x | | 32 | |
| C. | Regulamentos e Códigos | | | | | | |
| 1. | Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos. | x | | x | | 33 | |
| 2. | Códigos de conduta e de Código de Ética. | x | | x | | 35 | |
| 3. | Planos de ação para prevenir fraudes internas | X | | X | | 36 | |
| D. | Deveres especiais de informação | | | | | | |
| 1. | Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação | X | | X | | 36 | |
| 2. | Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência | X | | X | | 37 | |
| E. | Sítio de Internet | | | | | | |
| 1. | Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada | x | | x | | 37 | |

| | Relatório de Governo Societário | Identificação | | Divulgação | | Página | Observações |
|-----------|--|---------------|-----|------------|-----|--------|-------------|
| | | SIM | NÃO | SIM | NÃO | | |
| F. | Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral | | | | | | |
| 1. | Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral | X | | X | | 38 | |
| 2. | Propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista | X | | X | | 38 | |
| VI | Remunerações | | | | | | |
| A. | Competência para a Determinação | | | | | | |
| 1. | Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais | X | | X | | 39 | |
| 2. | Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses | X | | X | | 39 | |
| 3. | Apresentação de declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses | X | | X | | 39 | |
| B. | Comissão de Fixação de Remunerações | | | | | | |
| | Composição. | x | | x | | 40 | |
| C. | Estrutura das Remunerações | | | | | | |
| 1. | Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização. | x | | x | | 40 | |
| 2. | Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada. | x | | x | | 40 | |
| 3. | Componente variável da remuneração e critérios de atribuição. | x | | x | | 41 | |
| 4. | Diferimento do pagamento da componente variável. | x | | x | | 41 | |
| 5. | Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio. | x | | x | | 41 | |
| 6. | Regimes complementares de pensões. | x | | x | | 41 | |
| D. | Divulgação das Remunerações | | | | | | |
| 1. | Indicação do montante anual da remuneração auferida. | x | | x | | 42 | |
| 2. | Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo. | x | | x | | 42 | |
| 3. | Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios. | x | | x | | 42 | |
| 4. | Indemnizações pagas a ex-administradores executivos. | x | | x | | 42 | |

| | Relatório de Governo Societário | Identificação | | Divulgação | | Página | Observações |
|-------------|--|---------------|-----|------------|-----|--------|-------------|
| | | SIM | NÃO | SIM | NÃO | | |
| 5. | Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade. | x | | x | | 43 | |
| 6. | Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral. | x | | x | | 43 | |
| VII | Transações com partes Relacionadas e Outras | | | | | | |
| 1. | Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas. | x | | x | | 44 | |
| 2. | Informação sobre outras transações. | x | | x | | 45 | |
| VIII | Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental | | | | | | |
| 1. | Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas. | x | | x | | 45 | |
| 2. | Políticas prosseguidas. | x | | x | | 45 | |
| 3. | Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres d) Princípio da igualdade do género e) Valorização do indivíduo f) Responsabilidade económica. | X | | X | | 47 | |
| IX | Avaliação do Governo Societário | | | | | | |
| 1. | Cumprimento das Recomendações | x | | x | | 50 | |
| 2. | Outras informações | x | | x | | 51 | |

Anexo 2:

Apresentação de declaração dos membros do órgão de administração sobre participações patrimoniais ou quaisquer relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, **João Paulo Farinha Franco**, declaro para os devidos efeitos que não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Sines, 2015.07.13

(João Paulo Farinha Franco)

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, **Eduardo Ramos Carvalho Bandeira**, declaro para os devidos efeitos que não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Sines, 2015.07.13

(Eduardo Ramos Carvalho Bandeira)

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, **José Pedro da Silva Soares**, declaro para os devidos efeitos que não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Sines, 2015.07.13

(José Pedro da Silva Soares)

Anexo 3:

Apresentação de declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, **João Paulo Farinha Franco**, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou outra legislação aplicável.

Sines, 2015.07.13

(João Paulo Farinha Franco)

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, **Eduardo Ramos Carvalho Bandeira**, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou outra legislação aplicável.

Sines, 2015.07.13

(Eduardo Ramos Carvalho Bandeira)

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, **José Pedro da Silva Soares**, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou outra legislação aplicável.

Sines, 2015.07.13

(José Pedro da Silva Soares)